



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

RESOLUÇÃO Nº 087/2007

“MODIFICA O REGIMENTO

**INTERNO DA CÂMARA
MUNICIPAL**

DE CAMANDUCAIA – MG”

LEGISLATURA 2005/2008

BIÊNIO 2007/2008



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Atualizada e acompanhada dos textos das Resoluções n^{os}:

91, de 06/06/2008;

96, de 22/12/2008;

109, de 17/08/2012;

111, de 21/12/2012;

123, de 02/12/2016;

138, de 20/11/2018.

RESOLUÇÃO Nº 087/2007

Modifica o Regimento Interno da Câmara Municipal

O Presidente da Câmara Municipal de Camanducaia, Estado de Minas Gerais. Faço saber que a edilidade aprovou e eu, em seu nome, promulgo a presente Resolução Legislativa.

PREÂMBULO

A cada reunião desta Casa, dos homens que a compõe, revigora a democracia e renasce a esperança.

Nós, vereadores, fomos escolhidos pelo nosso povo para representá-lo. Este mandato que nos foi outorgado, não o foi para ser exercido de outra forma senão condignamente e com honradez, comprometido com o princípio básico de que não podemos negar a vontade coletiva.

O nosso zelo, pela manutenção do decoro parlamentar; a nossa conduta, pelo enaltecimento da atividade desta Câmara de Vereadores; o nosso respeito pelo próprio mandato e pela ética, será o zelo, o enaltecimento e o respeito a cada cidadão que nos escolheu para estarmos aqui, neste momento.

De cada reunião desta Casa, de cada reunião nossa, homens que a compomos, aviva-se a esperança dos nossos governados.

Abaixo de Deus, o Maior Governo e, abaixo da Sua Sagrada Palavra, estamos nós, governantes; está a nossa palavra e o nosso procedimento. É imensa a nossa responsabilidade. Responsabilidade pelos destinos das nossas crianças, dos jovens, dos adultos e dos idosos; responsabilidade pela erradicação da pobreza e pela redução das desigualdades sociais.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Das nossas palavras, dos nossos atos e procedimentos, depende o pão da mesa, o agasalho que nos envolve, a educação que liberta e a saúde que dá vida.

Do nosso ato incerto e impensado, nascerá um rio de lágrimas; do nosso ato irrefletido e mesquinho, nascerá um mar de prantos. Que Deus nos ajude e zele pelos nossos atos.

TÍTULO I DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DAS FUNÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 1º O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal, que tem função institucional, constituinte legislativa, deliberativa, fiscalização financeira, controle externo, julgamento político-administrativo, integrativa, assessoramento, desempenhando, ainda, as atribuições que lhes são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

§ 1º. A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas.

§ 2º. A função constituinte é exercida, dentro do “Processo Legislativo”, por ocasião dos trabalhos de Revisão ou Emendas à Lei Orgânica do Município.

§ 3º. A função legislativa é exercida, dentro do “Processo Legislativo”, por ocasião dos trabalhos de elaboração de Leis complementares e ordinárias.

§ 4º. A função deliberativa é exercida, dentro do “Processo Legislativo”, por ocasião dos trabalhos de elaboração de Resoluções e Decretos Legislativos sobre matérias da competência da Câmara.

§ 5º. A função de fiscalização financeira consiste no exercício do controle da Administração Municipal, principalmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito, integradas estas àquelas da própria Câmara, sempre mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 6º. A função de controle externo da Câmara implica na vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas sanatórias que se fizerem necessárias.

§ 7º. A função julgadora é exercida através da apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 8º. A função integrativa é exercida pela participação da Câmara na solução de problemas da comunidade, alheios à sua competência privativa, e, na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais.

§ 9º. A função de assessoramento é exercida por meio de indicações ao Prefeito, sugerindo medidas de interesse público.

CAPÍTULO II DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL

~~Art. 2º A Câmara tem sua sede no prédio de número 11, da Praça Cel. Orestes Nóbrega, no centro de Camanducaia - MG onde devem ocorrer as suas reuniões plenárias, sendo reputadas nulas as realizadas em outro local, observado o art. 135 e seu parágrafo único deste Regimento.~~

Art. 2º A Câmara Municipal tem sua sede Praça Dr. Benjamin Guilherme de Macedo, 02, Centro, na cidade de Camanducaia, Estado Minas Gerais, onde devem ocorrer as suas reuniões plenárias, sendo reputadas nulas as realizadas em outro local, observado o artigo 135 e seu parágrafo único deste Regimento Interno. (Redação dada pela Resolução nº 123/2016)

§ 1º. No recinto de reuniões plenárias não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária, ideológica ou de promoção de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior não se aplica à colocação de brasão ou Bandeira do País, do Estado ou do Município.

§ 3º. Somente por deliberação da edilidade e quando o interesse público o exigir poderá, o recinto de reuniões plenárias da Câmara, ser utilizado para fins diversos à sua finalidade.

CAPÍTULO III DA LEGISLATURA

Art. 3º Como Poder Legislativo do Município, a Câmara compreende um suceder de legislaturas iguais à duração do mandato dos Vereadores, iniciando-se a 1º de janeiro do ano subsequente às eleições municipais, e encerrando-se quatro anos depois, a 31 de dezembro.

§ 1º. Cada legislatura se divide em quatro sessões legislativas, correspondendo, cada uma delas, um ano.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 2º. O período de cada sessão legislativa ordinária anual é aquele compreendido de 1º de fevereiro a 31 de dezembro, exceto na primeira sessão legislativa que se inicia a 1º de janeiro e encerra em 15 de dezembro.

§ 3º. O período de cada sessão legislativa extraordinária é aquele compreendido de 1º a 31 de janeiro, exceto na primeira sessão legislativa que se inicia em 16 de dezembro a 31 de dezembro.

Seção I

Da Reunião de Instalação e Posse dos Eleitos

Art. 4º A Câmara se instalará, em Reunião Especial, às 10h no dia 1º de janeiro de cada legislatura, se presente pelo menos um terço do Vereadores, quando será presidida pelo Vereador mais idoso entre os presentes, e na hipótese de recusa, assumirá o mais idoso dentre eles, na ordem decrescente.

Art. 5º Os Vereadores, munidos dos respectivos diplomas, tomarão posse na reunião de instalação, cujo termo e demais trabalhos serão lavrados pelo Secretário “ad hoc”, em livro próprio, em ata a ser assinada por todos os empossados e pelos demais presentes que assim o desejarem.

§ 1º. No ato da posse, o Presidente proferirá, em voz alta e pausadamente, o seguinte compromisso, que será repetido, também em voz alta por todos os vereadores a serem empossados: “PROMETO OBSERVAR E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL E DEMAIS LEIS, ASSIM COMO DESEMPENHAR, COM FIDELIDADE E LEALDADE, O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM ESTAR DO SEU POVO”.

§ 2º. Em seguida, o Secretário “ad hoc” pronunciará “ASSIM O PROMETO”, e posteriormente fará a chamada dos demais Vereadores, em ordem alfabética e, cada um deles, de pé e com o braço direito estendido, declarará em voz alta: “ASSIM O PROMETO”.

§ 3º. O Presidente declarará, então, empossado os Vereadores presentes que confirmarem o compromisso, proferindo em voz alta: “DECLARO EMPOSSADOS OS VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO”.

§ 4º. Ato contínuo, o Presidente dará início ao processo de eleição da Mesa Diretora da Câmara que, somente acontecerá se presente a maioria absoluta de seus membros, na forma do Capítulo IV, Seção I, Subseção I deste Regimento, no qual só poderão votar e ser votados os Vereadores que tiverem sido regularmente empossados, porém, não se exigindo para este ato o registro prévio de indicação de nome para os respectivos cargos, previsto no art. 11.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 5º. Findo o processo de eleição da Mesa, o Presidente proclamará o seu resultado e empossará os eleitos nos seus respectivos cargos, com a seguinte fala: DECLARO EMPOSSADO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA, MINAS GERAIS, O VEREADOR (nome);

DECLARO EMPOSSADO VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA, MINAS GERAIS, O VEREADOR (nome);

DECLARO EMPOSSADO SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA, MINAS GERAIS, O VEREADOR (nome);

DECLARO EMPOSSADO SEGUNDO SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA, MINAS GERAIS, O VEREADOR (nome);

§ 6º. Após a posse da Mesa, o novo Presidente empossado dará início ao processo de posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores, tomando-lhes o compromisso previsto na Lei Orgânica do Município e obedecendo a programação previamente elaborada pelo cerimonial ou assessoria dos dois Poderes, sendo tudo lavrado, pelo Secretário, em livro próprio.

§ 7º. Terminada a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, o Presidente solicitará aos eleitos e empossados a entrega da declaração de bens, escrita, devendo as mesmas ser transcritas em livro próprio e, de forma resumida, em ata, divulgada para conhecimento público e arquivada na Câmara Municipal, obrigatoriamente, repetindo-se o ato ao término de seus mandatos.

§ 8º. Ato contínuo, o Presidente concederá, por cinco minutos, a palavra aos Vereadores que a solicitarem ao chefe do cerimonial, facultando a mesma ao Prefeito por, até, trinta minutos e, ao Vice-Prefeito por quinze minutos se empossados, após o que dará por encerrada a solenidade.

§ 9º. Havendo número insuficiente de vereadores para eleição da Mesa, ou ainda, havendo recusa do Presidente eleito em dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito, o Presidente da Reunião Especial o fará imediatamente.

Art. 6º O Vereador que não tomar posse na reunião de instalação, deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do início do funcionamento normal da Câmara Municipal, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo e aceito pela maioria da edilidade. Na oportunidade prestará compromisso individualmente, na forma prevista no art. 5º deste Regimento.

Parágrafo único. O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato, somente poderá ser empossado mediante prévia comprovação da desincompatibilização, no prazo a que se refere este artigo.

Seção II

Da Inauguração da Sessão Legislativa Anual



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 7º Na primeira quinta-feira de janeiro da primeira Sessão Legislativa, após o dia da posse, a Câmara reunir-se-á às 19h30min, em caráter especial para a abertura dos trabalhos legislativos da edilidade.

§ 1º. Na primeira parte da reunião, após o início dos trabalhos pelo Presidente, este convidará o Prefeito que, se assim o desejar, poderá apresentar mensagem do Poder Executivo aos representantes do povo com assento na Câmara Municipal.

§ 2º. Na segunda parte, após a fala do Prefeito, se ocorrer, o Presidente da Câmara, por cinco minutos concederá a palavra, para pronunciamento pessoal do Vereador que a solicitar,

§ 3º. Findo os pronunciamentos o Presidente procederá à formação das Comissões permanentes, declarando, em seguida, o encerramento da reunião.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

Seção I

Da Mesa Diretora da Câmara Municipal

Subseção I

Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa Diretora para o segundo biênio.

Art. 8º A Mesa Diretora da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, e Segundo Secretário, eleitos por votação secreta.

~~§ 1º. Tomarão assento à Mesa, o Presidente, à sua direita, o Vice-Presidente e, à sua esquerda, o Secretário, que serão substituídos pelos membros da Mesa na ordem inversa.~~

§ 1º. Tomarão assento à Mesa Diretora o Presidente, o Vice-Presidente, o Primeiro Secretário e o Segundo Secretário, que serão substituídos pelo membro da Mesa na ordem inversa. (Redação dada pela Resolução n.º 138/2018)

~~§ 2º. O Segundo Secretário somente integrará a Mesa nos casos de ausência ou impedimento do Secretário, ou ainda, quando este estiver substituindo outro integrante da Mesa. (Revogado pela Resolução n.º 138/2018)~~

§ 3º. Verificada, antes do início de determinada reunião, a ausência da totalidade dos membros da Mesa, assumirá a presidência, o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para a função de Secretário.

Art. 9º. O mandato da Mesa será de dois anos, permitida a reeleição para o mesmo cargo, dentro da mesma legislatura.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 10. A eleição dos membros da Mesa somente terá validade se presentes a maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 11. Os candidatos concorrerão individualmente à eleição da Mesa, devendo ter seus nomes e a indicação dos respectivos cargos protocolados na Secretaria da Câmara até às 16h do dia que acontecer a reunião na qual será realizada a eleição, sendo que esta, em nenhuma hipótese, acontecerá antes das 19h.

§ 1º. Só será aceito o protocolo da candidatura que apresentar nome completo e assinatura do candidato ao cargo pretendido.

§ 2º. Depois de protocolada sua candidatura, o Vereador somente poderá concorrer ao cargo nela indicado. No caso de desistência, o Vereador poderá se inscrever em outro cargo na Mesa, sendo que a última inscrição, automaticamente, anula a anterior.

§ 3º. A votação para os membros da Mesa deverá ser feita através de cédulas de papel impressas, a serem depositadas em uma urna própria, contendo os nomes e respectivos cargos pleiteados.

§ 4º. A votação será feita, nominalmente e em ordem alfabética de chamada pelo Presidente da Câmara, dos Vereadores em exercício, Incumbindo-lhe proceder à contagem dos votos e a proclamação dos eleitos.

~~§ 5º. A eleição será feita individualmente para cada cargo, sendo; a primeira para Presidente; a segunda para Vice-Presidente; a terceira para Secretário. Havendo voto para candidato já eleito, na seqüência anterior, o mesmo será considerado nulo.~~

§ 5º. A eleição será feita individualmente para cada cargo, sendo a primeira eleição para Presidente, a segunda para Vice-Presidente, a terceira para Primeiro Secretário e a quarta para Segundo Secretário, e em havendo voto para candidato já eleito na seqüência anterior, o mesmo será considerado nulo. (Redação dada pela Resolução n.º 138/2018)

~~§ 6º. Para o cargo de Segundo Secretário, será considerado eleito o Vereador segundo mais votado para o cargo de Secretário. (Revogado pela Resolução n.º 138/2018)~~

§ 7º. Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria simples dos votos.

§ 8º - Se não houver inscrito para um ou mais cargos na Mesa, assumirão os mesmos os Vereadores mais votados na última eleição, observada a respectiva seqüência.

Art. 12. Em caso de empate nas eleições para cada membro da Mesa, proceder-se-á, imediatamente, o segundo escrutínio e, se persistir o empate, o concorrente mais votado nas eleições municipais será proclamado vencedor, persistindo empate será considerado eleito o mais idoso.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 13. O suplente de Vereador, enquanto assim estiver participando dos trabalhos da Câmara, não poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa.

Art. 14. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

- I - extinguir-se o mandato de um de seus ocupantes, por falecimento ou renúncia;
- II – for declarada a perda do mandato em virtude de decisão plenária, nos casos de processo de cassação ou, em virtude de sentença criminal transitada em julgado;
- III - o Vereador for destituído da Mesa, após deliberação plenária;
- IV - o membro da Mesa se licenciar por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias;
- V – quando o titular renunciar ao cargo.

§ 1º. A destituição de membro da Mesa somente poderá ocorrer quando, comprovadamente, for faltoso, ineficiente ou, quando tenha se prevalectido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação da maioria qualificada de dois terços da Câmara, acolhendo representação de qualquer Vereador, assegurando-se o amplo direito de defesa e do contraditório.

§ 2º. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será sempre escrita, assinada e lida plenário.

§ 3º. Vago o cargo, para efeito de aplicação do disposto no art. 15 deste Regimento, o Presidente assim o declarará.

Art. 15. Para o preenchimento de cargo vago na Mesa haverá eleições suplementares na primeira reunião ordinária seguinte à declaração de vacância, observando o disposto nos artigos 8º a 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Não havendo candidato para concorrer à eleição prevista neste artigo, após duas tentativas em reuniões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago o Vereador mais votado nas últimas eleições municipal entre aqueles que não participam da Mesa.

Art. 16. Nas eleições para a composição da Mesa poderá concorrer qualquer Vereador, observado o disposto no art. 13 do Regimento.

Art. 17. A eleição da Mesa subsequente far-se-á na última reunião ordinária da segunda sessão legislativa da legislatura, considerando-se empossados, os eleitos, em 1º de janeiro da terceira sessão legislativa.

Subseção II Da Competência da Mesa Diretora

Art. 18. A Mesa é o órgão condutor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 19. Compete privativamente à Mesa;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

I - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Constituição da República, Constituição do Estado, Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000 e Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - prover os cargos, empregos e funções dos serviços administrativos da Câmara, bem como conceder licença, aposentadoria e vantagens devidas aos servidores, ou colocá-los em disponibilidade;

III - apresentar Projeto de Resolução que fixe, e de Lei que recomponha os subsídios dos Vereadores, bem como Projeto de Lei para fixação ou recomposição dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, observados os parâmetros estabelecidos na Constituição da República, Constituição do Estado e Lei Complementar nº 101/2000;

IV - propor as Resoluções e os Decretos Legislativos concessivos de licença e afastamento do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, respectivamente;

V - elaborar e encaminhar ao Prefeito no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município a proposta orçamentária da Câmara, a ser incluída à proposta global do Município;

VI - organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara, vinculado ao repasse mensal das mesmas pelo Executivo;

VII - enviar ao Executivo, em época própria, as contas do exercício precedente, para sua incorporação e consolidação às contas do Município;

VIII - assinar, por todos os seus membros os Decretos Legislativos;

IX - autografar as proposições de lei aprovadas, para sua remessa ao Executivo;

X - promulgar as emendas à Lei Orgânica do Município;

XI - determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior;

XII - declarar a perda e a extinção de mandato dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos neste Regimento e na lei Orgânica do Município, assegurada ampla defesa;

XIII - prover as Comissões Permanentes, respeitada quando possível, a proporção partidária ou dos blocos-partidários;

XIV - autorizar a transmissão por rádio ou televisão, ou a filmagem e a gravação de reuniões da Câmara.

§ 1º. A Mesa reunir-se-á, independente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto da deliberação da edilidade e que, por sua especialidade, demandem intenso acompanhamento, fiscalização e/ou ingerência do Legislativo.

§ 2º. A proposta orçamentária da Câmara, a ser incluída à proposta global do Município, elaborada pela Mesa, nos termos do inciso V será apreciada pelo Plenário.

Subseção III

Da Competência Específica dos Membros da Mesa Diretora

Art. 20. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo esta e o Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe confere este Regimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 21. Compete ao Presidente:

- I - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- II - substituir o Chefe do Executivo Municipal nos casos previstos em lei;
- III - representar a Câmara em qualquer situação;
- IV - prestar informações em mandado de segurança contra ato próprio, da Mesa ou do Plenário;
- V - autorizar o credenciamento de agente de imprensa, rádio ou televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;
- VI - fazer expedir convites para as reuniões solenes da Câmara às pessoas que, por qualquer título, mereçam deferência;
- VII - realizar, após decisão do plenário, audiências públicas com entidades da sociedade civil ou cidadãos;
- VIII - requisitar, se necessário, reforço policial para preservação da regularidade do funcionamento da Câmara;
- IX - empossar os Vereadores retardatários e suplentes, e declarar empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, após a investidura dos mesmos perante o Plenário, nos termos deste Regimento;
- X - declarar extintos ou cassados os mandatos do Prefeito, do Vice-prefeito e de Vereadores, nos casos previstos em lei, em face de deliberação do Plenário, expedindo o Decreto Legislativo respectivo;
- XI - convocar, quando for o caso, o suplente de Vereador;
- XII - declarar a destituição de membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento;
- XIII - autografar, juntamente com os demais membros da Mesa, proposições de lei ordinária ou complementar;
- XIV - promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as leis sancionadas tacitamente pelo Prefeito, e as disposições constantes de veto rejeitado, fazendo-os publicar;
- XV - convocar os Vereadores para as reuniões extraordinárias da Câmara;
- XVI - ordenar as despesas da Câmara e assinar cheques nominativos, juntamente com o Secretário;
- XVII - determinar, quando exigível, licitação para contratações administrativas de competência da Câmara;
- XVIII - apresentar ou colocar à disposição do Plenário, mensalmente até o dia 15 (quinze), o balancete da Câmara, referente ao mês anterior;
- XIX - administrar o pessoal da Câmara, fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Legislativo, vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal de funcionários faltosos e aplicando-lhes penalidades, julgando os recursos de funcionários e praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão;
- XX - mandar expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimento de situações;
- XXI - exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara, dentro ou fora do recinto da mesma;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

XXII - receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XXIII - conduzir, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, as atividades legislativas por ocasião das reuniões plenárias, exercendo, em especial, as seguintes atribuições:

- a) abrir, presidir e encerrar as reuniões da Câmara, e suspendê-las, quando necessário;
- b) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;
- c) anunciar o início e o término do Expediente e da Ordem do Dia;
- d) determinar a leitura, pelo Secretário, das correspondências recebidas e expedidas, indicações, requerimentos, pareceres e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, em conformidade com o expediente de cada reunião;
- e) cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do Dia;
- f) manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos Vereadores inscritos, cronometrando-a e cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;
- g) resolver as Questões de Ordem;
- h) interpretar o Regimento para sua aplicação em casos omissos;
- i) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;
- j) proceder à verificação do *quorum*, de ofício ou a requerimento do Vereador;
- k) encaminhar os processos e expedientes para parecer das Comissões Permanentes, controlando-lhes o prazo;

XXIV - praticar os atos essenciais à intercomunicação com o Executivo, notadamente:

- a) determinar o protocolo das mensagens de propostas legislativas;
- b) encaminhar ao Prefeito, sob protocolo, os projetos de lei aprovados na forma de proposições de lei e comunicar-lhe a rejeição de projetos bem como a manutenção ou rejeição de vetos;
- c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convidá-lo a comparecer, ou fazer que compareçam à Câmara os seus auxiliares para explicações, quando haja convocação da edilidade em forma regular;
- d) requisitar no início de cada sessão legislativa o numerário destinado às despesas da Câmara;

e) encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários ao funcionamento da Câmara e de seus serviços.

XXV - fazer publicar, ao final de cada quadrimestre, relatório de gestão fiscal, na forma da legislação pertinente;

XXVI - assinar as correspondências destinadas às autoridades;

Art. 22. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 23. O Presidente poderá oferecer proposições ao Plenário, devendo, no entanto, afastar-se da direção da Mesa quando as mesmas estiverem em discussão ou votação.

Art. 24. O Presidente poderá votar nos seguintes casos;

- a) na eleição e destituição de membros da Mesa e das Comissões Permanentes;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

- b) quando a matéria exigir, para sua aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;
- c) quando seu voto for necessário para se atingir *quorum* de maioria absoluta;
- d) no caso de empate nas votações abertas;
- e) nas votações secretas.

Parágrafo único. O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

Art. 25. Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;
- II - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as Resoluções os Decretos Legislativos, sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;
- III - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis, quando o Prefeito e o Presidente, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de destituição do cargo na Mesa.

Art. 26. Compete ao Secretário:

- ~~I - organizar o Expediente e a Ordem do Dia;~~
- ~~II - verificar a presença dos Vereadores quando do início das reuniões e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;~~
- ~~III - ler as proposições e demais documentos que devam ser de conhecimento da Casa;~~
- ~~IV - fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;~~
- ~~V - elaborar a redação das atas, resumindo os trabalhos da reunião, e assiná-las, juntamente com os demais Vereadores;~~
- ~~VI - certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;~~
- ~~VII - registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação deste Regimento para a solução de casos futuros;~~
- ~~VIII - manter à disposição do Plenário os textos legislativos de consulta mais frequentes, devidamente atualizados;~~
- ~~IX - manter em arquivo fechado as atas lacradas de reuniões secretas;~~
- ~~X - gerir a correspondência da Câmara, providenciando a expedição de ofícios em geral e de comunicados individuais aos Vereadores.~~

~~Parágrafo Único. Os serviços de competência do Secretário, sob a sua supervisão, poderão ser realizados por servidor devidamente designado pelo Presidente, sendo, porém, obrigatório a sua assinatura em documentos oficiais inerentes à função, implicando em concordância com todo o seu conteúdo.~~

Art. 26. Compete ao Primeiro Secretário: (Redação dada pela Resolução n.º 138/2018)

- I - organizar o Expediente e a Ordem do Dia;**



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

II - verificar a presença dos Vereadores quando do início das reuniões e nas ocasiões determinadas pelo Presidente da Câmara Municipal, anotando os comparecimentos e as ausências;

III - ler as proposições e demais documentos que devam ser de conhecimento da Casa;

IV - fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

V - elaborar a redação das atas, resumindo os trabalhos da reunião, e assiná-las, juntamente com os demais Vereadores, bem como realizar a leitura da mesma nas reuniões;

VI - gerir a correspondência da Casa, providenciando a expedição de ofícios em geral e de comunicados individuais aos Vereadores.

Parágrafo Único. Os serviços de competência do Primeiro Secretário, sob a sua supervisão, poderão ser realizados por servidor devidamente designado pelo Presidente, sendo, porém, obrigatório a sua assinatura em documentos oficiais inerentes à função, implicando em concordância com todo o seu conteúdo.

Art. 26-A. Compete ao Segundo Secretário: (Incluído pela Resolução n.º 138/2018)

I - certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;

II - registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação deste Regimento Interno, para a solução de casos futuros;

III - manter à disposição do Plenário os textos legislativos de consulta mais frequentes, devidamente atualizados;

IV - manter em arquivo fechado as atas lacradas de reuniões secretas;

V - realizar os serviços do Primeiro Secretário em caso de ausência deste.

Seção II Do Plenário

Art. 27. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício, em local, forma e *quorum* legal para deliberar.

§ 1º. Local é o recinto de sua sede.

§ 2º. A forma legal para se deliberar é a reunião.

§ 3º. *Quorum* é o número determinado na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno para realização de reuniões e para as deliberações.

§ 4º. Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto durar tal convocação.

§ 5º. Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando este se achar em substituição temporária ao Prefeito.

Art. 28. São atribuições do Plenário:



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

- I - elaborar, com a participação do Poder Executivo, as leis municipais;
- II - discutir e votar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual;
- III - apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;
- IV - autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais, bem como aprovar os créditos extraordinários;
- V - autorizar a obtenção de empréstimos e a realização de operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento dos mesmos;
- VI - autorizar a concessão de auxílio, contribuições e subvenções de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento dos mesmos;
- VII - autorizar a concessão e permissão para exploração de serviços públicos;
- VIII - autorizar a participação em consórcios intermunicipais;
- IX - dispor sobre a fixação de zona urbana e de expansão urbana;
- X - dispor sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais;
- XI - dispor sobre aquisição, administração, utilização e alienação dos bens de domínio do Município;
- XII - autorizar a remissão de dívidas e conceder isenções e anistias fiscais, bem como dispor sobre moratórias e benefícios, na forma e sob as condições da legislação federal específica;
- XIII - deliberar sobre a criação, alteração e extinção de cargos públicos, bem como sobre a fixação de seus respectivos vencimentos;
- XIV - votar Decretos Legislativos quando referentes a assuntos de sua competência, notadamente os casos de:
 - a) perda de mandato de Vereador;
 - b) aprovação ou rejeição das contas anuais do Município;
 - c) concessão de licença ao Prefeito e Vice-Prefeito nos casos previstos na Lei Orgânica do Município;
 - d) consentimento para o Prefeito ou Vice-Prefeito se ausentar do Município por prazo superior a 15 (quinze) dias;
- XV - votar Resoluções sobre assuntos de sua economia interna, especialmente quanto aos seguintes:
 - a) alterações deste Regimento;
 - b) destituição de membros da Mesa e das Comissões Permanentes;
 - c) concessão de licença a Vereador nos casos permitidos em lei;
 - d) fixação dos subsídios dos Vereadores.
- XVI - processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores pela prática de infrações político-administrativas;
- XVII - aprovar solicitação de informações ao Prefeito sobre assuntos da Administração;
- XVIII - aprovar solicitação de convocação dos auxiliares diretos do Prefeito para explicações sobre matérias sujeita à fiscalização da Câmara, sempre que assim o exigir o interesse público;
- XIX - dispor sobre a organização e a estrutura básica dos serviços municipais;
- XX - estabelecer normas de política administrativa para matérias de competência do Município;
- XXI - estabelecer regime jurídico para os servidores municipais;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

XXII - fixar ou recompor, através de lei, os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, nos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município;

XXIII - eleger os membros da Mesa Diretora;

XXIV - dispor sobre a realização de reuniões secretas nos casos concretos.

Seção III

Das Comissões

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 29. As Comissões são órgãos técnico-legislativos, permanentes ou temporários, compostos por três Vereadores efetivos, e um Suplente, com a finalidade de apreciar, através da emissão de pareceres, as matérias ou proposições submetidas ao seu exame, e sobre eles deliberar e votar, nos casos previstos neste Regimento, assim como proceder a estudos concernentes a assuntos de natureza especial ou, ainda, investigar determinados fatos de interesse da Administração Pública, e são assim denominadas:

I - Comissões Permanentes, assim distribuídas:

- a) Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação;
- b) - Comissão de Orçamento, Finanças Públicas e Tributação;
- c) - Comissão de Obras, Bens e Serviços Públicos.

II - Comissões Especiais, assim distribuídas:

- a) - Comissões Processantes;
- b) - Comissões de Representação;
- c) - Comissões Parlamentares de Inquérito;
- d) - Comissão de Licitação.
- e) - Comissão de Ética
- f) - Comissão de Petições.

Art. 30. Na composição das Comissões Permanentes assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que integrem a Câmara.

Art. 31. As Comissões Permanentes emitirão seus pareceres com natureza técnica e formal, devendo abster-se da emissão de Pareceres de cunho político ou social.

Art. 32. Cada Comissão Permanente será composta por um Presidente, um Secretário, um Relator e um Suplente, cujos cargos serão entre eles definidos, na mesma reunião na qual forem eleitos.

Parágrafo Único – Para a eleição dos membros das Comissões Permanentes, aplicar-se-á a regra seguinte:

- a) Procederá à eleição de três membros para a composição da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

b) Após, procederá à eleição de três membros para a composição da Comissão de Orçamento, Finanças Públicas e Tributação.

c) Os dois Vereadores que não fizerem parte das Comissões acima comporão a Comissão de Obras, Bens e Serviços Públicos e ainda será eleito um membro entre os que compõem as duas primeiras comissões.

d) Os Suplentes serão escolhidos entre os membros das Comissões que não forem nem Presidente nem Relator em ordem inversa para cada Comissão, ou seja, o membro da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação será suplente da Comissão de Obras, Bens e Serviços Públicos; o membro da Comissão de Obras, Bens e Serviços Públicos será suplente da Comissão de Orçamento, Finanças Públicas e Tributação, e o membro da Comissão de Orçamento, Finanças Públicas e Tributação, será suplente da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação.

(Parágrafo incluído pela Resolução nº 096/2008)

Art. 33. O mandato das Comissões Permanentes coincidirá com o mandato da Mesa.

Art. 34. As Comissões Especiais poderão ser aclamadas, em caso de consenso verificado em deliberação plenária, ou, caso contrário, obedecerá ao mesmo procedimento de composição das Comissões Permanentes, exceto a Comissão de Ética que será constituída na forma do art. 79.

Art. 35. O procedimento de composição das Comissões Parlamentares de Inquérito e das Comissões Processantes obedecerá às disposições específicas previstas neste Regimento, na Lei Orgânica do Município e na legislação pertinente.

~~Art. 36. O Presidente da Câmara não poderá participar de nenhuma Comissão exceto a Representativa, na forma do artigo seguinte.~~

Art. 36. O Presidente e o Vice-Presidente da Câmara não poderão participar de nenhuma Comissão, exceto a Representativa, que terá a participação obrigatória do Presidente da Câmara, conforme disposto no artigo seguinte. (Redação dada pela Resolução 111/2012)

Art. 37. Ao término de cada sessão legislativa será eleita, na última reunião ordinária do ano, em votação secreta e observada, sempre que possível, a proporcionalidade partidária, uma Comissão Representativa da Câmara para atuar durante o recesso, a qual, constituída por número ímpar, com no mínimo três Vereadores, incluindo o Presidente que a presidirá e terá as seguintes atribuições e sistemática de trabalho:

- I - reunir-se extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente;
- II - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- III - convocar extraordinariamente a Câmara, em caso de comprovada urgência ou de interesse público relevante;
- IV - manter em correto funcionamento os serviços internos do Legislativo;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Parágrafo único. A Comissão Representativa apresentará relatório à Mesa, quando do reinício do período da seção ordinário, caso tenha exercido qualquer atividade.

Subseção II

Das Comissões Permanentes

Art. 38. Às Comissões Permanentes cabe estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame e, para orientação do plenário, através de parecer, manifestar as suas opiniões sobre eles.

Parágrafo único. As Comissões Permanentes nos termos do art. 29 são as seguintes:

I - Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final;

II - Orçamento, Finanças Públicas e Tributação;

III - Obras, Bens e Serviços Públicos;

Subseção III

Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art. 39. As Comissões Permanentes constantes dos itens I, II e III, reunir-se-ão em dias previamente marcados, presentes pelo menos dois de seus membros, devendo ser estes, para tanto, convocados pelo respectivo Presidente.

Art. 40. As Comissões Permanentes constantes dos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 38, poderão reunir-se, excepcionalmente em caráter de urgência, no período destinado à Ordem do Dia das reuniões ordinárias da Câmara, somente quando estas forem suspensas pelo Presidente, de ofício ou a requerimento de Vereador, sendo neste último caso, ouvido o Plenário.

Art. 41. Das reuniões das Comissões Permanentes lavrar-se-ão atas, em livro próprio, pelo Secretário incumbido de assessorá-las, às quais serão assinadas pelos respectivos membros.

Art. 42. Compete ao Presidente de cada Comissão Permanente:

I - convocar reuniões da Comissão da qual é Presidente;

II - presidir as reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;

III - receber as matérias destinadas à apreciação da Comissão;

IV - fazer observar os prazos dentro do qual a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;

V - representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI - conceder vista de matéria, por dois dias, ao membro da Comissão que a solicitar, salvo nos casos de tramitação em Regime de Urgência, cujo prazo será de um dia;

VII - avocar o Expediente para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não o tenha feito o relator no prazo regimental;

VIII – comunicar ao Presidente da Câmara a convocação de audiência pública, para a necessária programação;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

IX - convocar Secretários Municipais, ou ocupantes de cargos da mesma natureza, para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

X - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

§ 1º. Dos atos dos Presidentes das Comissões, com os quais não concorde qualquer de seus membros, caberá recurso para o Plenário, no prazo de três dias, salvo se tratar de Parecer.

§ 2º - Para atuar nos termos dos incisos VIII, IX e X o Presidente da Comissão dependerá de aprovação do Plenário.

Art. 43. Encaminhada qualquer matéria ao Presidente da Comissão, este lhe designará tramitação imediata.

Art. 44. Excetuando o prazo contido no artigo 190, §2º, o prazo para cada Comissão Permanente se pronunciar, em qualquer caso, é de 14 (quatorze) dias, sempre a contar do primeiro dia útil após a data do recebimento da matéria de sua respectiva competência.

§ 1º. O prazo em se tratando de projetos de codificação, será de 28 (vinte e oito) dias.

§ 2º. Quando na tramitação de matéria submetida a Regime de Urgência, havendo casos de emendas e subemendas apresentadas à Mesa Diretora, as Comissões deverão emitir seus pareceres para este fim no prazo comum de sete dias, a contar do primeiro dia útil após a data do recebimento da matéria de sua respectiva competência.

Art. 45. Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer ao Plenário, por escrito, a audiência de Comissão Permanente para qual a proposição não tenha sido previamente distribuída, por não ser de sua competência regimental, devendo, no entanto, fundamentar o requerimento:

Parágrafo único. Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão Permanente, que deverá manifestar-se no mesmo prazo previsto no art. 44 deste Regimento.

Art. 46. Poderão as Comissões Permanentes solicitar ao Prefeito, via Presidente da Câmara, as informações ou documentos que julgarem necessários, desde que se refiram às proposições sob a sua apreciação, caso em que o prazo para a emissão de parecer ficará automaticamente prorrogado por tantos dias quantos restarem para o seu esgotamento, até o efetivo atendimento.

§ 1º. O Presidente poderá deferir a solicitação de ofício ou, ouvir o plenário quando os pedidos de informações ou documentos, notoriamente, não se fizerem necessários.

§ 2º. As Comissões, atendendo á natureza do assunto, poderão solicitar assessoramento externo de qualquer tipo, que serão fornecidos pela Presidente da Câmara, ouvido o Plenário, suspendendo-se os prazos de emissão dos pareceres, até o efetivo atendimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 47. As Comissões Permanentes deliberarão, por maioria de votos, sobre o pronunciamento do relator, o qual, se aprovado, prevalecerá como parecer.

§ 1º. Se forem rejeitadas as conclusões do relator, o parecer consistirá da manifestação em contrário, assinando-o o relator, como vencido.

§ 2º. O parecer da Comissão Permanente poderá sugerir substitutivo à proposição ou emendas à mesma.

§ 3º. O parecer da Comissão Permanente deverá ser assinado por todos os seus membros, com exceção do suplente, sem prejuízo da apresentação do voto vencido em separado, quando o requeira o seu autor, devidamente deferido pelo Presidente da Comissão.

Art. 48. Escoado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer de uma ou mais Comissões Permanentes, a matéria será incluída imediatamente na Ordem do Dia, a fim de que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Subseção IV

Da Competência Específica de Cada Comissão Permanente

Art. 49. Compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, manifestar-se quanto aos aspectos da constitucionalidade, legalidade, bem como da conformidade regimental de todas as proposições que tramitem na Câmara e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-las sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§ 1º. Concluindo a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação pela inconstitucionalidade total de qualquer proposição, seu parecer seguirá ao Plenário apenas para ser lido e a proposição será arquivada com comunicação imediata pelo Presidente ao seu autor para as providências cabíveis.

§ 2º. Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final, poderá oferecer emenda à proposição, corrigindo-lhe o vício.

§ 3º. A Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação manifestar-se-á sempre em primeiro lugar.

§ 4º. A Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação manifestar-se-á isoladamente sobre o mérito das proposições, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:

- a) organização administrativa da Prefeitura e da Câmara Municipal;
- b) criação de Fundação ou de entidade de Administração Indireta;
- c) concessão de licença ao Prefeito;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

- d) denominação ou alteração de próprios municipais, vias e logradouros públicos;
- e) emendas à Lei Orgânica do Município;
- f) modificações ao Regimento Interno da Câmara;
- g) concessão de título honorífico ou qualquer outra homenagem;
- h) todas as demais matérias não consignadas às outras Comissões Permanentes.

Art. 50. Retornará, ainda, à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação as proposições emendadas em suas discussões para fins de redação final.

Art. 51. Compete à Comissão de Orçamento, Finanças Públicas e Tributação opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter, financeiro, tributário e, especialmente, quanto ao mérito, quando for o caso de:

- a) plano plurianual;
- b) diretrizes orçamentárias;
- c) proposta orçamentária;
- d) proposições referentes a matérias tributárias;
- e) abertura de créditos adicionais e empréstimos públicos;
- f) proposições que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município;
- g) proposições que fixem ou recomponham os subsídios dos agentes políticos;
- h) proposições que fixem, recomponham ou aumentem a remuneração dos servidores públicos;
- i) processo referente à verificação e julgamento das contas do Município, acompanhado do parecer prévio correspondente;
- j) operações de crédito;
- k) realização de audiências públicas para elaboração e formulação das leis orçamentárias, bem como para a avaliação das metas fiscais a cada quadrimestre;
- l) realização de audiências públicas convocadas pelo Chefe do Executivo, para demonstrativo do cumprimento das Metas Fiscais, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 52. Compete à Comissão de Obras, Bens e Serviços Públicos opinar sobre matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos, concessão, permissão e execução de bens e serviços públicos locais, sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares, e sobre assuntos educacionais, artísticos, patrimônios históricos, desportivos, lazer ou cultura, turismo e relacionados com saúde, saneamento e assistência e previdência social em geral e meio ambiente.

Art. 53. O estudo de qualquer matéria pelas Comissões será feito sempre isoladamente, porém, em caso excepcional poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais, por iniciativa de qualquer uma delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final, substituindo-o, quando necessário, o Presidente de outra Comissão Permanente por ele indicado.

§ 1º. Nas reuniões conjuntas observar-se-ão as seguintes normas:

- a) deverá estar presente a maioria dos membros de cada Comissão;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

b) o estudo das matérias será conjunto, mas a votação de seus pareceres deverá ser feita separadamente;

c) os pareceres das Comissões poderão ser emitidos em conjunto, desde que se consigne a manifestação de cada uma delas.

§ 2º. Em reunião de qualquer Comissão, seja de forma isolada ou em conjunto, não será permitida a manifestação de Vereador alheio à sua composição, exceto quando for requerido previamente e deferido pelo respectivo Presidente.

§ 3º. Não será permitida a manifestação popular em reunião de quaisquer das Comissões, isolada ou conjuntamente.

§ 4º. Somente a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação manifestar-se-á sobre o veto, salvo se esta solicitar a audiência de outra Comissão Permanente, com a qual poderá se reunir, observando-se o disposto no artigo anterior.

Subseção V

Das Comissões Especiais, Processantes, de Representação e Ética.

Art. 54. As Comissões Especiais, destinadas a proceder ao estudo de assuntos de relevante interesse do Legislativo ou da comunidade, serão criadas através de Resolução, proposta pela Mesa ou mediante requerimento de pelo menos três Vereadores e aprovada em Plenário por maioria absoluta, com definição prévia de sua finalidade específica e do prazo para apresentação do relatório conclusivo de seus trabalhos.

§ 1º. O Presidente da Câmara fará constar da Resolução de criação os nomes dos membros da Comissão Especial, definidos por sorteio, observando, sempre que possível, a composição partidária proporcional;

§ 2º. A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração, indicado na Resolução que a constituiu, tendo ou não concluído seus trabalhos;

§ 3º. A Comissão Especial apresentará suas conclusões ao Plenário, através do seu Presidente e sob a forma de relatório aprovado pela maioria de seus membros, sugerindo as medidas a serem tomadas e apresentando a fundamentação legal das mesmas;

§ 4º. No caso do relatório não ser aprovado pela maioria dos membros da Comissão, será o mesmo remetido ao Presidente da Câmara, juntamente com as demais peças documentais existentes, para a deliberação do Plenário;

§ 5º. Na votação do relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

§ 6º. Por motivo justificado, o prazo constante da Resolução de criação da Comissão de que trata este artigo, poderá ser prorrogado por igual período, conforme deliberarem seus membros, comunicando, incontinenter, a decisão ao Presidente da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art.55. A Comissão de Petições somente se reunirá quando qualquer cidadão representar quanto a atos do Chefe do Poder Executivo, ou ainda se entender por levar ao conhecimento da Câmara, situações de interesse da Comunidade, do Distrito de Monte Verde, do Distrito de São Matheus de Minas, dos bairros, no que diz respeito à realização de obras pelo descaso da Administração, ou situações afins, obedecido ao seguinte:

I - para representar ou levar conhecimento, o interessado deverá preencher formulário próprio junto à Secretaria Executiva da Câmara, contendo relatório substanciado de seu pedido, com a indicação de sua qualificação e respectiva assinatura, não sendo acolhida as de natureza anônima;

II - recebida a petição na forma do parágrafo anterior, o servidor responsável pelo seu protocolo, a encaminhará à Comissão, na pessoa de seu Presidente que convocará a reunião para a sua acolhida ou indeferimento de ofício;

III - sendo acolhida a petição, a Comissão tomará as providências cabíveis para a averiguação dos fatos narrados, tais como, visitas “in loco”, informações de órgãos ou servidores da Administração, etc., emitindo o seu relatório depois de devidamente se inteirada do fato.

IV - considerando a natureza da petição, a Comissão determinará prazo especial para a conclusão dos trabalhos, não podendo em nenhuma hipótese ultrapassar 90 (noventa) dias.

V - a Comissão deliberará, por maioria de votos, sobre o pronunciamento do conclusivo do relator, o qual, se aprovado, prevalecerá como parecer, obedecendo no que couber o disposto no art. 47 deste Regimento.

VI - sobre o Parecer da Comissão de Petições o Plenário será ouvido, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do seu protocolo junto a Mesa, podendo este pedir pelo arquivamento da petição, acatar as medidas a serem tomadas indicadas no Parecer ou entender pelo envio de cópia dos trabalhos aos órgãos competentes para as providências cabíveis, inclusive ao Ministério Público se assim entender conveniente.

Art. 56. A Câmara constituirá Comissão Processante no caso de acatamento, pelo Plenário, de denúncia baseada na possível prática de infração político-administrativa pelo Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereadores, observando-se os procedimentos e as disposições previstos na Constituição Federal, no Decreto-Lei nº 201 de 27 de fevereiro de 1967, na Lei Orgânica Municipal, neste Regimento e, subsidiariamente, no que couber, o Código de Processo Civil e Código de Processo Penal.

Art. 57. As Comissões de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do território do Município, e/ou para atender as disposições previstas no art. 37 deste Regimento e as Comissões de Éticas, serão constituídas para apurar possíveis infrações éticas nos termos do art. 71 e seguintes deste Regimento.

Art. 58. As Comissões elencadas no art. 29 deste Regimento terão à sua disposição todos os recursos essenciais à consecução de seus objetivos.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Subseção VI

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 59. A Câmara, mediante requerimento fundamentado de um terço de seus membros, criará, através de resolução, Comissão Especial de Inquérito para apuração de fato determinado que se inclua na competência municipal, por prazo certo, prorrogável a juízo do Plenário, desde que dentro da mesma legislatura, à qual funcionará na sua sede, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que se promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 1º. Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que demande investigação, elucidação e fiscalização, e que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º. A constituição dos membros da Comissão Especial de Inquérito será feita na mesma reunião em que for recebido o requerimento, mediante sorteio entre os membros da Câmara, observando-se, sempre que possível, a composição partidária proporcional.

§ 3º. A Comissão Especial de Inquérito será constituída por três Vereadores, não podendo, no entanto, ser membro da mesma o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado, bem como o Presidente, nos termos do art. 36 deste Regimento.

§ 4º. O Vereador, mediante exposição justificada devidamente acatada pelo Plenário poderá solicitar sua exclusão do sorteio de constituição da Comissão, oportunidade em que o Presidente deverá rever a proporcionalidade dos partidos que compõem a Câmara.

§ 5º. Imediatamente após o sorteio dos membros da Comissão Especial de Inquérito, o Presidente suspenderá a reunião pelo tempo necessário para que os mesmos definam sua composição, relativamente aos cargos de Presidente, Secretário e Relator, e deverão constar da resolução que a constituir.

§ 6º - Deverá constar ainda da Resolução que constituir a Comissão Especial de Inquérito, a possibilidade de suspensão de prazo para o caso do § 2º do art. 61 deste Regimento.

Art. 60. Poderão funcionar, simultaneamente, no máximo duas Comissões Parlamentares de Inquérito, salvo resolução aprovada por dois terços dos membros da Câmara.

Art. 61. A Comissão Especial de Inquérito poderá no exercício de suas atribuições:

a) solicitar contratação de advogado ou empresa especializada para acompanhamento dos trabalhos;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

b) requisitar funcionários da Câmara, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta necessário ao desenvolvimento de seus trabalhos;

c) determinar diligências, convocar Secretário Municipal, tomar depoimento de autoridade, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar informações, documentos e serviços, inclusive policiais, e transportar-se aos lugares onde se fizer necessária sua presença.

§ 1º. Indiciados e testemunhas serão intimados na forma da legislação federal específica e do Código de Processo Penal, que se aplicam subsidiariamente a todo o procedimento;

§ 2º. No caso de não comparecimento da testemunha, sem motivo justificado, a sua presença será solicitada ao juiz criminal da localidade em que resida ou se encontre, na forma do art. 218 do Código de Processo Penal;

§ 3º. Qualquer Vereador poderá comparecer às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente, desde que:

a) não tenha participação nos debates;

b) conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

c) não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no recinto e atenda às determinações do Presidente.

§ 4º. Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo seu Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.

Art. 62. A Comissão Especial de Inquérito apresentará relatório final circunstanciado de seus trabalhos, que conterà:

a) a exposição dos fatos submetidos à apuração;

b) a exposição e análise das provas colhidas;

c) a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;

d) a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;

e) a sugestão das medidas a serem tomadas com sua fundamentação legal.

Art. 63. Considera-se relatório final circunstanciado, aquele devidamente elaborado pelo relator da Comissão, subscrito por todos os seus membros.

Parágrafo Único. A Comissão deliberará, por maioria de votos, sobre o pronunciamento do relator, o qual, se aprovado, prevalecerá como parecer, obedecendo no que couber o disposto no art. 47 deste Regimento.

Art. 64. O relatório final circunstanciado será protocolado na Secretaria da Câmara, acompanhado das demais peças do processo, para ser lido em Plenário na primeira reunião ordinária seguinte, sendo, se for o caso, simultaneamente enviado ao Ministério Público.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Parágrafo único. Qualquer Vereador poderá solicitar cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, que deverá ser fornecida pela Secretaria da Câmara, após concordância do Plenário.

TÍTULO II DOS VEREADORES

CAPÍTULO I DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA

Art. 65. Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de quatro anos, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art. 66. É assegurado ao Vereador:

I - participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse pessoal na matéria, direta ou indiretamente, o que comunicará ao Presidente;

II - apresentar proposições e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa;

III - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;

IV - usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município, ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento;

V - solicitar, por intermédio da Mesa, informações das autoridades competentes sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou, sujeito à fiscalização da Câmara;

VI - o direito à inviolabilidade civil e penal por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos relacionados ao exercício do mandato e na circunscrição do Município;

VII - a não obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, ou sobre pessoa que lhe confiou ou dele recebeu informação;

VIII - a licença do exercício do mandato.

§ 1º. O não comparecimento do Vereador às sessões plenárias ou às reuniões da Comissão será considerado e registrado como falta, salvo quando:

I – deferido pelo Presidente da Câmara ou da Comissão a justificativa de Ausência;

II – em licença.

§ 2º. Quando impossibilitado de comparecer a qualquer reunião, o vereador sendo possível este exercício e por qualquer via de comunicação, informará de sua ausência com a antecedência de três horas.

Art. 67. São deveres dos Vereadores, entre outros:



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

- I - quando investido no mandato, não incorrer em incompatibilidade prevista na Constituição, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento;
- II - observar as determinações legais ao exercício do mandato;
- III - desempenhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público e às diretrizes partidárias;
- IV - exercer a contento o cargo que lhe for conferido na Mesa ou em Comissão, não podendo escusar-se ao seu desempenho, salvo no caso de renúncia feita mediante justificção escrita apresentada em Plenário ou dispensa solicitada por motivo justo;
- V - comparecer às reuniões pontualmente, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, e participar das votações, salvo quando se encontrar impedido de fazê-lo;
- VI - manter o decoro parlamentar;
- VII - não transferir residência para fora do Município no curso da legislatura;
- VIII - conhecer e observar este Regimento;
- IX - comparecer às reuniões, bem trajado.

CAPÍTULO II DAS INCOMPATIBILIDADES, DA PERDA E DA EXTINÇÃO DO MANDATO DO VEREADOR

Art. 68. É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, no âmbito da Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto do art. 38 da Constituição Federal;

II - desde a posse:

- a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, de que seja exonerado *ad nutum*, salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do mandato;
- b) exercer, simultaneamente, outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;
- c) ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;
- d) patrocinar causa junto ao Município na qual tenha interesse pessoal ou que envolva qualquer das entidades referidas na alínea “a” do inciso I deste artigo.

Art. 69. Perderá o mandato o Vereador:

- I – que infringir qualquer das disposições estabelecidas no artigo anterior;
- II – cujo procedimento for declarado incompatível com o parlamentar;
- III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das reuniões ordinárias da Câmara, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

missão autorizada pela edilidade ou, ainda, deixar de comparecer a cinco reuniões extraordinárias convocadas pelo prefeito, por escrito e mediante recibo de recebimento, para apreciação de matéria urgente, assegurada ampla defesa, em ambos os casos.

IV – que perder ou tiver suspensos seus direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal e na legislação específica;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII – que deixar de residir no Município;

VIII – que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido neste Regimento;

IX – em outras situações previstas na Lei Orgânica.

§ 1º. Nos casos previstos nos incisos I, II, VI e VII deste artigo, a perda do mandato do Vereador será decidida pela Câmara, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa Diretora ou de qualquer Vereador, assegurada ampla defesa;

§ 2º. Nos casos previstos nos incisos III, IV, V e VIII, a perda do mandato do vereador será declarada de ofício, ou mediante provocação de qualquer Vereador, assegurada ampla defesa.

Art. 70. Extingue-se o mandato do Vereador, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito.

Seção I Das Infrações Éticas

Art. 71. Constituem faltas contra a ética, cometidas pelo Vereador no exercício do mandato:

I - quanto a normas de conduta social:

a) comportar-se, dentro ou fora da Câmara, por atos ou palavras, de forma atentatória à dignidade e às responsabilidades da função pública e ao decoro parlamentar e de forma nociva à imagem da atividade política e ao respeito e estima do povo pelos seus representantes eleitos;

b) desrespeitar a dignidade de qualquer cidadão;

c) prevalecer de sua função, abusar da autoridade de que está investido, para obter vantagens ou tratamento privilegiado em atividades públicas, obter vantagem indevida em função do cargo e, ainda exigir de agentes públicos tratamentos diferenciado;

II - quanto às normas de conduta nas reuniões de trabalho da Câmara e quanto ao relacionamento com seus pares e com o público:

a) utilizar-se em seus pronunciamentos, de palavras ou expressões incompatíveis com a dignidade do cargo;

b) desacatar, praticar ofensas físicas ou morais e dirigir palavras injuriosas aos seus pares, aos membros da Mesa, do Plenário ou das Comissões ou, ainda, a qualquer cidadão ou grupos de cidadãos que assistam as reuniões de trabalho na Câmara;

c) utilizar-se das falhas, erros ou insuficiências de seus pares para promover sua própria imagem;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

d) perturbar a boa ordem dos trabalhos em Plenário ou das demais atividades da Câmara.

III - quanto ao respeito aos recursos públicos;

a) deixar de zelar, com responsabilidades, pela proteção e defesa do patrimônio e dos recursos públicos;

b) atuar de forma negligente ou deixar de agir com probidade no desempenho de funções administrativas para as quais for designado, durante o mandato e em decorrência do mesmo;

c) utilizar a infra-estrutura, os recursos, os funcionários ou os serviços administrativos da Câmara ou do Executivo, de qualquer natureza, para benefício próprio ou outros fins privados, inclusive eleitorais;

d) pleitear ou usufruir, com recursos públicos, favorecimentos ou vantagens pessoais ou eleitorais.

IV - quanto ao respeito ao interesse público:

a) utilizar-se de recursos para obstruir decisões da Câmara em prazos que extrapolem os limites da razoabilidade e prejudiquem diretamente a população;

b) dar às suas tomadas de posição, ao seu voto ou à organização dos trabalhos da Câmara critérios de rentabilidade eleitoral, em detrimento dos interesses da população;

c) deixar de considerar as urgências e necessidades da população no exame e decisão sobre matérias submetidas à Câmara;

d) utilizar-se de suas atribuições no exercício da função legislativa ou fiscalizadora para reduzir, bloquear ou inviabilizar as possibilidades de ação do Executivo na solução de problemas da população.

V - quanto ao uso do poder inerente ao mandato;

a) contratar, a título pessoal ou profissional, ou por interposta pessoa física ou jurídica, quaisquer serviços e obras com a Administração Pública;

b) obter favorecimento ou protecionismo na contratação de quaisquer serviços e obras com a Administração Pública por pessoas, empresas ou grupos econômicos, sendo considerada condição agravante quando tenha vínculos de interesses ou compromissos comerciais, profissionais ou políticos, ou de financiamento de atividades políticas ou eleitorais;

c) influenciar decisões do Executivo, da administração da Câmara ou de outros setores da Administração Pública, para obter vantagens ilícitas ou imorais para si mesmo ou para pessoas de seu relacionamento pessoal e político;

d) submeter suas tomadas de posição ou seu voto, nas decisões tomadas pela Câmara, a contrapartidas pecuniárias ou de qualquer natureza, concedidas pelos direta ou indiretamente interessados na decisão;

e) induzir o Executivo, a administração da Câmara ou outros setores da Administração Pública à contratação para cargo não concursado de pessoas sem condições profissionais para exercê-lo, ou com fins eleitorais;

f) abusar do poder econômico e utilizar-se imoderadamente de propaganda do regular exercício das atividades para as quais foi eleito, antes, durante e depois dos processos eleitorais.

VI - quanto ao respeito à verdade:



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

- a) deixar de zelar pela total transparência das decisões e atividades da Câmara ou dos Vereadores no exercício dos seus mandatos;
- b) prejudicar ou dificultar o acesso dos cidadãos a informações de interesse público ou sobre trabalhos da Câmara;
- c) deixar de comunicar e denunciar, da Tribuna da Câmara ou por outras formas condizentes com a lei, todo e qualquer ato ilícito civil, penal ou administrativo ocorrido no âmbito da Administração Pública, de que vier a tornar conhecimento;
- d) divulgar, no exercício da função fiscalizadora, da Tribuna da Câmara ou por quaisquer outros meios, com fins eleitorais ou outros, informações falsas, não comprováveis, incompletas ou distorcidas, aproveitando-se da boa fé da população para induzi-la a juízos que não correspondam à verdade dos fatos;
- e) utilizar-se de subterfúgios para reter ou dissimular informações a que estiver legalmente obrigado, particularmente na declaração de bens ou rendas quando da investidura no mandato.

VII - quanto ao respeito às obrigações inerentes ao mandato:

- a) atentar contra o ordenamento jurídico vigente no país;
- b) desrespeitar os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, bem como os princípios e diretrizes da Lei Orgânica do Município;
- c) deixar de cumprir os deveres e obrigações de Vereador enunciadas na Lei Orgânica do Município e neste Regimento;
- d) desrespeitar a manifestação de vontade e deixar de promover a defesa dos interesses, anseios e reivindicações do povo do Município de Camanducaia;
- e) deixar de comparecer e de participar dos trabalhos legislativos e políticos durante as reuniões legislativas, ordinárias e extraordinárias, do Plenário e das Comissões, em proveito de interesses pessoais de caráter particular;
- f) priorizar, em detrimento das atividades legislativas e de fiscalização inerentes ao mandato, atividades profissionais de caráter privado;
- g) desrespeitar as normas estatutárias legalmente reconhecidas do partido pelo qual foi eleito.

Seção II

Das Penas às Infrações Éticas

Art. 72. As sanções previstas para as infrações éticas dispostas neste Regimento são as seguintes, em ordem crescente de gravidade:

- I - advertência pública oral;
- II - advertência pública por escrito;
- III - advertência pública por escrito com notificação ao partido político a que pertencer o Vereador;
- IV - destituição de cargos que ocupe na Mesa ou nas Comissões;
- V - suspensão temporária do mandato;
- VI - perda do mandato.

Art. 73. As sanções serão aplicadas segundo a gravidade da infração cometida, e a reincidência remete, automaticamente, à aplicação da pena subsequente.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 74. As infrações previstas na seção anterior poderão ser, quando a sua natureza e gravidade, se assim o exigirem, denunciadas ao Ministério Público, tendo em vista a preservação dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Art. 75. As sanções previstas no art. 72 serão aplicadas por deliberação do Plenário, se aceito o relatório conclusivo da Comissão de Ética devidamente constituída para analisar a denúncia, respeitados os seguintes quoruns de votação:

I - maioria simples no caso previsto no inciso I;

II - maioria absoluta nos casos previstos nos incisos II e III;

III - maioria de dois terços nos casos previstos nos incisos IV, V e VI, nos termos do art. 173, § 2º, deste Regimento.

Seção III

Da Denúncia e Exame de Infrações Éticas

Art. 76. Qualquer cidadão, pessoa jurídica ou Vereador pode representar, documentadamente, perante o Presidente da Câmara, quanto às infrações éticas cometidas por Vereador, nos termos deste Regimento.

Parágrafo único. Não serão recebidas denúncias anônimas, devendo o Presidente, de ofício, determinar seu imediato arquivamento, sem qualquer divulgação.

Art. 77. Recebida a denúncia, o Presidente a apresentará ao Plenário, no prazo de 15 (quinze) dias, constituído a Comissão de Ética para exame da mesma.

Parágrafo único. A Comissão terá um prazo de 30 (trinta) dias prorrogável por igual período, quando solicitado ao seu Presidente, para elaborar seu relatório conclusivo, ouvindo denunciado(s), o denunciante(s) e eventuais testemunhas por estes arroladas.

Art. 78. Se a Comissão concluir pela procedência da representação e considerá-la de gravidade passível de imputação das penas previstas art. 71, seu relatório fundamentar-se-á nas disposições específicas constantes deste Regimento.

Parágrafo único. Feita a leitura em Plenário na reunião ordinária seguinte, fica vedado o adiamento da discussão e votação do relatório conclusivo, sendo considerado rejeitado quando não obtiver o quorum estabelecido no art. 75 deste Regimento.

Art. 79. A Comissão será constituída por três Vereadores, através de sorteio, os quais decidirão entre si os cargos de Presidente, Secretário e Relator e, não havendo acordo, serão decididos, também, por sorteio.

§ 1º. Somente poderão compor a Comissão aqueles Vereadores que não tenham sido apenados por quaisquer das infrações previstas neste Regimento, independentemente de sessão legislativa ou legislatura, devendo a Mesa apurar o impedimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 2º. Os membros da Comissão observarão as regras de comedimento e discrição essenciais ao desempenho de suas funções.

Art. 80. No caso de a Comissão concluir pela recomendação de sanção máxima de cassação do mandato do Vereador, e sendo sua decisão aprovada em Plenário, será automaticamente constituída Comissão Processante, seguindo-se a tramitação prevista na Constituição Federal, no Decreto-Lei 201/67, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento, aplicando-se, subsidiariamente, o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal.

Seção IV Da Cassação do Vereador

Art. 81. A Câmara poderá cassar o mandato do Vereador, observando o disposto na Constituição Federal, no Decreto Lei nº 201/67, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento aplicando-se, subsidiariamente, o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal.

Seção V Do Processo de Destituição dos Membros da Mesa Diretora

Art. 82. Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, tomando conhecimento da representação, deliberará, preliminarmente, sobre o processamento da matéria, em face da prova documental oferecida por antecipação pelo Representante.

§ 1º. Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, a mesma será autuada pelos membros da Mesa, excetuando-se o Representado, determinando-se a notificação daquele para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de três, sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 2º. Apresentada a defesa pelo Representado, o Presidente ou seu substituto legal, mandará notificar o Representante para que, de posse da documentação anexada aos autos, confirme ou retire a representação, no prazo de cinco dias.

§ 3º. Não havendo defendido ou, se houver, tendo o Representante confirmado a acusação, será constituída Comissão Especial, nos moldes deste Regimento, para a apreciação da matéria constante da representação, a qual inquirirá as testemunhas de defesa e de acusação, no prazo de 15 (quinze) dias, até o máximo de três para cada parte.

§ 4º. Nenhum membro da Mesa poderá participar da constituição da Comissão Especial, neste caso.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 5º. Concluídos os trabalhos da Comissão Especial, será apresentado relatório circunstanciado ao Plenário, no prazo de 15 (quinze) dias após a oitiva das testemunhas, que sobre ele deliberará.

§ 6º. Concluindo o relatório pela destituição do membro da Mesa, e sendo este aprovado por dois terços dos votos dos Vereadores, o Presidente declarará a destituição, expedindo-se a respectiva Resolução legislativa.

CAPÍTULO III DAS LICENÇAS E DAS VAGAS

Art. 83. O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara nos seguintes casos:

- I - por motivo de doença, devidamente comprovada;
- II - para tratar de interesse particular, sem remuneração;
- III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município, com direito à remuneração e diárias a serem fixadas a cada caso.

§ 1º. Será considerado automaticamente licenciado o Vereador investido no cargo de Prefeito ou Secretário Municipal.

§ 2º. O suplente de Vereador será convocado nos casos de vaga e, tratando-se de licença ou impedimento, quando estes ultrapassarem 15 (quinze) dias.

§ 3º. Nos casos dos parágrafos do art. 83, o suplente convocado deverá tomar posse dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando, então, se prorrogará o prazo pelo mesmo período.

§ 4º. Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal Regional Eleitoral, a quem competirá decidir sobre a matéria.

§ 5º. Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum com base no número remanescente de Vereadores.

CAPÍTULO IV DAS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS

Art. 84. Serão considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para, em seu nome, expressarem, em Plenário, pontos de vista sobre assuntos em debate.

Art. 85. No início de cada legislatura, os partidos representados na Câmara comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 1º. A indicação dos líderes à Mesa será feita em documento subscrito pelos membros dos partidos políticos representados na Câmara, na primeira reunião ordinária da legislatura.

§ 2º. Enquanto não houver a indicação dos líderes, serão tidos como tais os Vereadores mais votados da respectiva bancada;

§ 3º. Se os partidos políticos representados na Câmara decidirem substituir seus líderes, deverão fazer na forma prevista no § 1º deste artigo, tendo validade após leitura em Plenário.

§ 4º. Não serão reconhecidos como líderes para gozo das prerrogativas regimentais, os representantes de grupos, alas, facções ou do Prefeito.

Art. 86. A atuação das lideranças partidárias não impede que qualquer outro Vereador do mesmo partido possa se dirigir ao Plenário, pessoal e individualmente, desde que observadas as restrições constantes deste Regimento.

Art. 87. As lideranças não poderão ser exercidas por integrantes da Mesa, exceto no caso do Suplente de Secretários, ou quando o Vereador for o único representante do partido.

Art. 88. Os líderes terão um terço a mais do prazo para uso da palavra nos casos previstos no art. 146 deste Regimento.

CAPÍTULO V DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES

Art. 89. Os subsídios dos Vereadores serão fixados por iniciativa da Câmara, em cada legislatura para a subsequente, observado os critérios estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento.

§ 1º. A não realização de reunião por falta de quorum ou ausência de matéria a ser votada, não prejudicará o pagamento de subsídio aos Vereadores nela presentes.

§ 2º. Durante o recesso parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral.

§ 3º. Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual for convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal.

§ 4º. A fixação dos subsídios dos Vereadores deverá ser feita até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, ou no prazo que a Lei Orgânica do Município determinar.

§ 5º. A ausência injustificada de Vereador em reunião implicará nos seguintes descontos nos subsídios dos vereadores faltosos: (Incluído pela Resolução nº 123/2016)



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

- a) Reunião Ordinária: desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento;
- b) Reunião Extraordinária na sessão legislativa ordinária ou extraordinária: desconto de 10% (dez por cento) sobre o vencimento;
- c) Reunião Solene: desconto de 10% (dez por cento) sobre o vencimento.
- d) Reunião de Comissão Permanente: desconto de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento.

§ 6º - O acolhimento ou não da justificativa de ausência caberá ao plenário na mesma reunião em que for apresentado. (Incluído pela Resolução nº 123/2016)

Art. 90. Os subsídios dos vereadores poderão ser recompostos nos termos da Súmula 73 do TCE/MG - Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 91. O subsídio do Presidente da Câmara poderá ser diferenciado para fazer jus aos encargos da representação.

TÍTULO III DO PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO

Seção I Das Modalidades de Proposição e de Sua Forma

Art. 92. Proposição é toda matéria levada a Plenário, para apreciação e deliberação, ou decisão pelo Presidente, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 93. São modalidades de proposição:

- I - proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;
- II - projeto de lei complementar;
- III - projeto de lei ordinária;
- IV - Leis Delegadas
- V - projeto de decreto legislativo;
- VI - projeto de resolução;
- VII - projeto substitutivo;
- VIII - emenda e subemenda;
- IX - veto;
- X - parecer das Comissões Permanentes;
- XI - relatório das Comissões Especiais de qualquer natureza, das Comissões Processantes e das Comissões de Representação;
- XII - indicação;
- XIII - requerimento;
- XIV - representação;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

XV – recurso;

XVI – moção.

Art. 94. As proposições deverão ser redigidas pelo seu autor, em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial.

§ 1º. Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio às assinaturas que se seguirem à primeira.

§ 2º. Ao signatário da proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da sua apresentação em Plenário.

Art. 95. Todas as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.

Art. 96. As proposições que consistam em projetos de lei complementar, de lei ordinária, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo deverão ser oferecidas com justificativa, por escrito.

Parágrafo único. Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

Seção II

Das Proposições em Espécie

Art. 97. Toda matéria legislativa de competência da Câmara dependente de manifestação do Prefeito, será objeto de projeto de lei, seja de natureza ordinária ou complementar, e todas as deliberações privativas dela, tomadas em Plenário, que independam do Executivo, terão forma de Decreto Legislativo ou de Resolução, exceto propostas de emenda à Lei Orgânica do Município, vetos e relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito.

§ 1º. Os Decretos Legislativos destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, tais como:

I - concessão de licença ao Prefeito ou Vice-Prefeito, para se afastar do cargo ou se ausentar do Município por mais de 15 (quinze) dias;

II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Município, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

III - representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;

IV - perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e de Vereador, na forma prevista na legislação pertinente;

V - declaração de extinção de mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e de Vereador;

VI - mudança do local de funcionamento da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 2º. Destinam-se as Resoluções a regulamentar matéria de caráter político e administrativo da economia interna da Câmara, sobre as quais devam se pronunciar em casos concretos, tais como:

I - concessão de licença a Vereador;

II - criação das Comissões previstas no artigo 29 deste Regimento;

III - todo e qualquer assunto de sua organização de economia interna, seja de caráter geral ou normativo;

IV - qualquer matéria de natureza regimental.

Art. 98. A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e ao eleitorado, ressalvados os casos de iniciativa privativa de qualquer deles, conforme determinação constitucional, legal e deste Regimento.

Parágrafo único. O eleitorado exercerá o direito de iniciativa das leis, sob a forma de moção articulada subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total de eleitores do Município.

Art. 99. Não será permitido ao Vereador apresentar proposição que guarde identidade ou semelhança com outra em andamento.

Parágrafo único. Ocorrendo tal fato, à primeira proposição, que prevalecerá, serão anexadas as posteriores, por decisão do Presidente, de ofício ou a requerimento.

Art. 100. Substitutivo é o projeto de Lei, de Resolução ou de Decreto Legislativo, apresentado por um Vereador ou Comissão Permanente, para substituir ou alterar de forma substancial as disposições de outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo único. Não será permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto, aplicando-se a regra do artigo anterior.

Art. 101. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

§ 1º. As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º. Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 3º. Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra.

§ 4º. Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra.

§ 5º. Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra.

§ 6º. A emenda apresentada à outra emenda denomina-se subemenda.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 102. Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito à disposição ou a texto integral de projeto de Lei aprovado pela Câmara, por considerá-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público.

Art. 103. Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre a matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída, podendo ser simplificado ou circunstanciado.

Parágrafo único. O parecer poderá ser acompanhado de projeto Substitutivo ao projeto de Lei, Decreto Legislativo ou Resolução que suscitou a manifestação da Comissão Permanente, ou conter proposição de emendas, os quais, se aceitos, serão considerados aprovados e tramitarão na forma regimental.

Art. 104. Relatório é o pronunciamento escrito que encerra as conclusões das Comissões Especiais de qualquer natureza, das Comissões Processantes, Comissões Parlamentares de Inquérito e Comissões de Representação, sobre o assunto objeto de sua constituição.

Parágrafo único. Quando as conclusões das Comissões Permanentes indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá se fazer acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução, salvo se tratar de matéria de iniciativa privativa do Prefeito.

Art. 105. Indicação é a proposição escrita através da qual o Vereador sugere medidas de interesse público aos Poderes competentes as quais passam a integrar os interesses do Poder Legislativo e como tal receberão tratamento, dispensada a audiência o parecer das Comissões Permanentes.

Art. 106. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão feito ao Presidente da Câmara ou, por seu intermédio, a Poder, órgão ou autoridade competente, relativo a informações ou providências sobre assunto do Expediente, da Ordem do Dia, de sua competência regimental ou de interesse do Vereador, dispensadas a audiência das Comissões Permanentes.

§ 1º. Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

- I - a palavra ou desistência dela;
- II - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- III - observância de disposição regimental;
- IV - retirada, pelo autor, de proposição ainda não inscrita na Ordem do Dia;
- V - justificativa de voto e sua transcrição em ata;
- VI - encerramento de discussão;
- VII - verificação de quorum;
- XII - impugnação ou retificação de ata;
- IX - licença de Vereador para ausentar-se da reunião.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 2º. Serão igualmente verbais e sujeitos a deliberação plenária os requerimentos que solicitem:

- I - prorrogação de reunião ou dilação da própria prorrogação;
- II - dispensa de leitura de matéria constante da Ordem do Dia;
- III - destaque de matéria para votação;
- IV - tramitação de proposição em Regime de Urgência;
- V - moções e manifestações de pesar ou repúdio;
- VI - dispensa de discussão de proposição com todos os pareceres favoráveis;
- VII - retirada de proposição já inscrita na Ordem do Dia.

§ 3º. Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

- I - audiência de Comissão Permanente;
- II - juntada ou desentranhamento de documentos a processo ou projeto de lei em trâmite na Câmara;
- III - requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara;
- IV - transcrição integral de proposição ou documento em ata;
- V - preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para votação;
- VI - informações solicitadas ao Prefeito ou, por seu intermédio, aos Poderes, órgãos e autoridades competentes;
- VII - constituição de Comissões Especiais ou Parlamentares de Inquérito;
- VIII - convocação de Secretário Municipal ou qualquer outra autoridade para prestar esclarecimento em Plenário.
- IX - declaração em Plenário de interpretações relativas a Questões de Ordem.

Art. 107. Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara visando a destituição de membro da Mesa ou de qualquer Comissão prevista neste Regimento, bem como da deflagração de processo ético disciplinar, além de outras situações.

Art. 108. Recurso é toda petição de Vereador ao Plenário contra ato do Presidente da Câmara, nos casos expressamente previstos neste Regimento.

Art. 109. Moção é toda proposição por meio da qual o Vereador propõe à Câmara apoio, desagravo, congratulação, aplauso, regozijo, confiança, protesto pesar, entre outros.

Parágrafo Único - As moções de Aplauso poderão ser concedidas no limite máximo de dez por Vereador, no decorrer do ano, no prazo de até a segunda reunião ordinária do mês de outubro, acompanhada de justificativas dos serviços prestados ao Município, pelo agraciado.

Seção III Da Apresentação das Proposições



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 110. Toda e qualquer proposição escrita, para constar na pauta da próxima reunião ordinária, com exceção dos incisos VI, VII e IX do art. 93 deste Regimento, deverá ser protocolada na Secretaria da Câmara até às 15h do último dia útil que anteceder ao dia da reunião, sob pena de ser incluída somente na segunda reunião ordinária que se seguir:

Parágrafo único. Ao receber as proposições, a Secretaria da Câmara, protocolando-as, dar-lhes-á número de ordem, encaminhando-as à Mesa.

Art. 111. Os projetos substitutivos, as emendas, as subemendas e os pareceres das Comissões Permanentes serão apresentados nos próprios processos, com encaminhamento à Mesa.

Art. 112. Poderão ser oferecidas emendas e subemendas, por ocasião dos debates, oportunidade, em que, aceitas pelo Plenário, serão consideradas aprovadas e tramitarão na forma regimental.

Parágrafo único. Caso mais de uma Comissão Permanente se manifeste pela apreciação da emenda ou subemenda apresentada, terá os mesmos prazos, comum para emissão dos pareceres, nos moldes do art. 44 deste Regimento.

Art. 113. As emendas à proposta orçamentária, ao Plano Plurianual e às Diretrizes Orçamentárias serão oferecidas obrigatoriamente à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, no prazo máximo de 14 (quatorze) dias, contado da distribuição das referidas proposições à mencionada Comissão Permanente.

Parágrafo único. Não serão admitidas emendas verbais às leis orçamentárias, por ocasião dos debates.

Art. 114. As emendas aos projetos de codificação e de estatutos serão oferecidas obrigatoriamente à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final, no prazo máximo de sete dias, contado da distribuição das referidas proposições à mencionada Comissão Permanente.

Parágrafo único. Não serão admitidas emendas verbais aos projetos de codificação ou estatuto, por ocasião dos debates.

Art. 115. Na apresentação das representações, as mesmas deverão ser acompanhadas, obrigatoriamente, de documentos hábeis que as instruem e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantos forem os acusados.

Art. 116. O Presidente conforme o caso, não aceitará proposição:

- I - que verse sobre matéria que não seja de competência do Município;
- II - que vise delegar a outro Poder atribuições próprias do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;
- III - que seja apresentada por Vereador licenciado, afastado ou ausente;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

IV - que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma sessão legislativa, salvo quando tenha sido subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara;

V - que seja formalmente inadequada, por não serem observados os requisitos dos artigos 92 a 96 deste Regimento;

VI - quando, em sendo o caso, a proposição não se encontrar devidamente instruída e fundamentada;

VII - quando o substitutivo não versar sobre o mesmo assunto do projeto de origem.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos I, V, VI e VII deste artigo, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário, na reunião ordinária subsequente, devendo o mesmo ser distribuído à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final, que terá o prazo de sete dias para a emissão de parecer, o qual será incluído na pauta para deliberação.

Seção IV Da Retirada das Proposições

Art. 117. É permitida a retirada de proposição, após a sua apresentação ao Plenário, desde que não iniciada sua votação:

I - quando de autoria de um, com apoio de mais Vereadores, mediante requerimento da maioria dos subscritores;

II - quando de autoria de Comissão Permanente ou da Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros;

III - quando de autoria do Poder Executivo, mediante solicitação do autor, por escrito;

IV - quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos seus subscritores.

§1º. O pedido de retirada da proposição não pode ser recusado.

§2º. O requerimento de retirada de proposição, quando já iniciada a votação da matéria, somente poderá ser aceito mediante aprovação da maioria absoluta da Câmara.

Art. 118. As proposições que não forem apreciadas até o término da legislatura serão arquivadas, salvo a prestação de contas do Executivo, os vetos a proposições de lei, os projetos de lei com prazos fixados para apreciação.

§ 1º. Qualquer Vereador poderá requerer o desarquivamento de proposição, desde que a matéria seja de competência do Poder Legislativo.

§ 2º. A proposição desarquivada ficará sujeita a nova tramitação, desde a fase inicial, não prevalecendo pareceres, votos, emendas e substitutivos apresentados anteriormente, sendo considerado seu autor o Vereador que requereu seu desarquivamento.

Seção V Da Tramitação das Proposições



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 119. Recebida qualquer proposição escrita, será ela encaminhada à Mesa, que determinará imediatamente a sua tramitação, observando o disposto nesta Seção.

Parágrafo único. Para se iniciar a tramitação, com a leitura em Plenário, toda matéria será, através de cópia, distribuída a todos os Vereadores.

Art. 120. Quando a proposição consistir em Projeto de Lei, Decreto Legislativo, Resolução ou Projeto Substitutivo, uma vez lida em Plenário, será ela encaminhada às Comissões Permanentes competentes, para a emissão dos pareceres técnicos.

§ 1º. No caso de projeto Substitutivo oferecido por determinada Comissão Permanente, ficará prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autora.

§ 2º. Nenhuma proposição, salvo as indicações e requerimentos, poderá ser apreciada pelo Plenário sem o parecer das Comissões competentes.

Art. 121. Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, projeto de Lei Ordinária ou Complementar, comunicará à Câmara a matéria do veto que, uma vez lida em Plenário, será, incontinenter, encaminhada à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final, que procederá na forma do artigo 208 e seguintes deste Regimento.

Art. 122. A apreciação do veto pelo Plenário, será dentro de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo, em uma única discussão e votação, com parecer ou sem ele só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos seus membros.

§ 1º. Rejeitado o veto, será a proposição enviada ao Prefeito para promulgação.

§ 2º. A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 3º. Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 123. Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 124. As indicações, depois de lidas em Plenário, serão encaminhadas, independentemente de deliberação do Plenário, a quem de direito, através da Secretaria da Câmara.

Art. 125. Os requerimentos que se referem os §§ 1º e 2º do art. 106 deste Regimento, serão apresentados em qualquer fase da reunião e postos imediatamente em tramitação independente de sua inclusão no Expediente ou na Ordem do Dia.

Seção VI
Do Regime de



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 126. Urgência é a dispensa de exigências, interstícios ou formalidades regimentais, para que determinada proposição possa ser imediatamente considerada.

Art. 127. O requerimento de urgência, quando solicitado pelo Prefeito nas proposições de sua autoria, deverá ser sempre escrito, acompanhando a mensagem inicial e justificando os motivos da solicitação.

Art. 128. A urgência poderá ser requerida, ainda, que verbalmente durante a reunião:

I - pela Mesa, em proposição de sua autoria;

II - por Comissão Permanente, em assunto de sua especialidade;

III - por um terço dos Vereadores, nos projetos de iniciativa do Legislativo, mesmo não sendo, eles, os seus autores.

Art. 129. O Plenário somente concederá a urgência quando a proposição, por seus objetivos, exija apreciação pronta, sem a qual perderá a oportunidade e a eficácia.

Parágrafo único. A concessão da urgência não dispensa os pareceres das Comissões Permanentes que, se necessário for, poderão emití-los durante a reunião, que será, para tanto, suspensa pelo tempo necessário.

Art. 130. Aprovada a tramitação em Regime de Urgência, a matéria será apreciada em turno único de discussão e votação, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, respeitado o interstício mínimo de 10 (dez) dias.

§ 1º. O prazo de 45 (quarenta e cinco) dias de que trata este artigo será contado a partir do primeiro dia subsequente à reunião que o aprovou.

§ 2º. Na quinta reunião subsequente àquela que aprovou o regime de urgência de tramitação, a proposição ocupará o primeiro lugar na Ordem do Dia sendo vedado o seu adiamento e, se nesta fase houver pedido de vista, ele será concedido pelo prazo, improrrogável, de 30(trinta) minutos, suspendendo-se a reunião.

§ 3º. Para efeito dos parágrafos 2º e 3º, o Presidente comunicará ao Plenário a data da reunião que a proposição será discutida e votada.

§ 4º. A proposição, dentro do prazo previsto no art. 129, permanecerá com vista aos vereadores, podendo ser emendada por qualquer deles, por Comissão Permanente e pelo seu autor.

§ 2º. As emendas serão oferecidas na Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final, até 10 (dez) dias antes da data designada para discussão e votação da proposição.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Seção VII Das Questões Prejudiciais

Art. 131. Consideram-se prejudicadas:

I - a discussão ou a votação de proposição com objetivo idêntico ao de outra aprovada ou rejeitada na mesma sessão legislativa;

II - a discussão ou a votação de proposição semelhante à outra, quando aprovada ou rejeitada a primeira;

III - a discussão ou a votação de proposição anexada à outra, quando aprovada ou rejeitada a primeira;

IV - a proposição com as respectivas emendas, que tiver substitutivo aprovado;

V - a emenda ou subemenda de matéria idêntica a de outra aprovada ou rejeitada;

VI - a emenda ou subemenda em sentido contrário ao de outra já aprovada;

VII - o requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado.

Art. 132. O Presidente da Câmara ou de Comissão Permanente, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador, declarará prejudicada a matéria pendente de deliberação.

Parágrafo único. Declarada prejudicada a proposição, o seu autor poderá, até a reunião seguinte, recorrer da decisão ao Plenário da Câmara, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação.

CAPÍTULO II DAS REUNIÕES EM GERAL

Art. 133. Reunião é a fase dos trabalhos legislativos destinados aos debates e deliberações em Plenário.

Art. 134. As reuniões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias, solenes, comemorativas ou especiais, e serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria absoluta dos Vereadores, quando ocorrer motivo relevante.

§ 1º. Qualquer cidadão poderá assistir às reuniões da Câmara, ocupando a parte do recinto reservado ao público, desde que:

I - apresente-se convenientemente trajado;

II - não porte arma;

III - conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passar em Plenário;

V - atenda às determinações do Presidente da Câmara;

§ 2º. O Presidente determinará a retirada do assistente que perturbar os trabalhos e evacuará o recinto, sempre que julgar necessário.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 3º. Antes do início de cada reunião poderá ser lida a mensagem do Preâmbulo a esta Resolução ou proferida uma oração ecumênica, executado o Hino de Camanducaia e o Hino nacional Brasileiro.

§ 4º. Fica expressamente proibido nas reuniões da Câmara Municipal o uso de telefonia móvel. (Incluído pela Resolução nº109/2012)

§ 5º. Em casos excepcionais, os aparelhos poderão permanecer em modo silencioso ou de reunião, podendo ser atendidos fora do Plenário. (Incluído pela Resolução nº109/2012)

Art. 135. As reuniões da Câmara deverão ser realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, observadas as exceções previstas na Lei Orgânica do Município e neste Regimento.

Parágrafo único. Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou qualquer outra causa que impeça a sua utilização, por decisão do Plenário, as reuniões poderão ser realizadas em outro local.

Art. 136. A Câmara, por deliberação da maioria qualificada de dois terços de seus membros, poderá realizar reuniões secretas para tratar de assuntos de sua economia interna ou quando o sigilo for necessário à preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo único. Aprovada a realização da reunião secreta, ainda que, para tanto, se deva interromper a reunião pública, o Presidente determinará a retirada dos assistentes, dos servidores da Câmara Municipal e dos representantes da imprensa escrita, falada e televisiva, evacuando o recinto e suas dependências.

Art. 137. A Câmara somente se reunirá se presentes um terço de seus membros.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às reuniões solenes, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 138. Durante as reuniões, somente os Vereadores e os assistentes da Câmara poderão permanecer na parte do recinto que lhes é destinada.

Seção I Das Atas das Reuniões

Art. 139. De cada reunião da Câmara lavrar-se-á ata contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida à apreciação do Plenário, que será aprovada com ou sem ressalvas independentemente de votação.

§ 1º. As indicações e os requerimentos apresentados em reunião serão indicados na ata somente com menção da respectiva numeração, e as demais proposições e documentos



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

pela menção do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pelo Plenário.

§ 2º. A ata, resumida, conterà os nomes dos Vereadores presentes, bem como a relação dos ausentes, e a exposição sucinta dos trabalhos, podendo ser impugnada, caso não tenha descrito os fatos e as situações realmente ocorridas, mediante requerimento verbal de impugnação, aprovado pelo Plenário.

§ 3º. A ata será lavrada ainda que não haja reunião por falta de quorum; na ata, além do expediente despachado, serão inscritos os nomes dos Vereadores presentes e ausentes.

§ 4º. Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou impugnação.

§ 5º. Requerida a impugnação ou solicitada à retificação da ata, o Plenário deliberará imediatamente a respeito.

§ 6º. Aceita a impugnação, será lavrada nova ata que deverá ser lida para aprovação.

§ 7º. Aprovada a retificação, será a decisão incluída na própria ata já redigida, precedida da expressão “em tempo”.

§ 8º. Não poderá requerer a impugnação ou retificação da ata o Vereador ausente à reunião à qual a mesma se refira.

§ 9º. Aprovada a ata, ela será assinada pela Mesa e demais Vereadores presentes à reunião.

§ 10. A ata da reunião secreta deverá ser lida e aprovada na mesma reunião, sendo imediatamente lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricada pelos membros da Mesa e, somente, poderá ser reaberta em outra reunião igualmente secreta, por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de um terço dos Vereadores.

Art. 140. As atas da última reunião de cada sessão legislativa e das reuniões que decidam sobre a cassação do Prefeito, Vice-Prefeito ou de Vereador, também deverão ser redigidas e submetidas à aprovação plenária na própria reunião, antes de seu encerramento.

Seção II Das Reuniões Ordinárias

Art. 141. As reuniões ordinárias serão quinzenais, devendo ocorrer na primeira e terceira quinta-feira de cada mês, com duração de até, três horas, iniciando-se às 19h30min.

§ 1º. Caso ocorra coincidência entre a data da realização das reuniões ordinárias com



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

s, dia de guarda, ou ainda, quando não houver expediente nas repartições do Município, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil anterior, exceto em caso de se tratar de feriado Municipal decretado de improviso, cuja reunião acontecerá no primeiro dia útil a seguir.

§ 2º. A prorrogação das reuniões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 (quinze) minutos, para a conclusão de votação de matéria já discutida.

§ 3º. O tempo da prorrogação será previamente estipulado por ocasião da sua solicitação, que somente será apreciada e decidida se apresentada até 10 (dez) minutos antes do encerramento da Ordem do Dia.

§ 4º. Antes de escoar o tempo de prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorrogá-la mais uma vez, devendo a nova solicitação ser oferecida até cinco minutos antes do término daquela.

Art. 142. As reuniões ordinárias compõem-se de quatro partes:

I - Primeira Parte - Expediente:

- a) verificação do quorum regimental para a abertura dos trabalhos;
- b) abertura da reunião;
- c) discussão da ata da reunião anterior;
- d) homenagens póstumas;
- e) comunicados da Mesa;
- f) leitura do Expediente do Executivo;
- g) leitura do Expediente de terceiros;
- h) leitura do Expediente dos Vereadores;
- i) leitura das indicações dos Vereadores;
- j) concessão da palavra aos Vereadores para breves comentários sobre a matéria do Expediente ou sobre qualquer assunto de interesse público.

II - Segunda Parte – Tribuna Livre ao cidadão.

III - Terceira Parte - Ordem do Dia: discussão e votação das proposições em pauta, na seguinte ordem:

- a) matérias em Regime de Urgência;
- b) vetos;
- c) matérias em único turno de discussão e votação;
- d) matérias em segundo turno de discussão e votação;
- e) matérias em primeiro turno de discussão e votação;
- f) requerimentos;
- g) recursos e demais proposições.

IV - Quarta Parte – Considerações Finais.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Subseção I Do Expediente

Art. 143. O Presidente verificará, à hora de início da reunião, o quorum regimental necessário para abertura dos trabalhos.

§ 1º. Constatada a presença de um terço dos Vereadores, o Presidente declarará aberta a reunião.

§ 2º. Não se constatando o quorum mínimo para a abertura dos trabalhos, será concedido um prazo de 20 (vinte) minutos para nova verificação, findo o qual, persistindo a insuficiência de quorum, não será realizada a reunião.

Art. 144. Aberta a reunião, mas verificada a insuficiência de quorum para deliberações, dar-se-á início aos trabalhos do Expediente, findo o qual, ainda não se constatando o mencionado quorum, o Presidente declarará encerrada a reunião.

Art. 145. Aprovada a ata, o Presidente determinará ao Secretário, a leitura da matéria do Expediente, obedecendo a ordem disposta no artigo 142 deste Regimento.

Art. 146. Concluída a leitura da matéria do Expediente, será concedida a palavra aos Vereadores que a solicitarem, por seis minutos cada um, para breves comentários sobre a matéria do Expediente ou sobre qualquer assunto de interesse público.

Subseção II Da Tribuna Livre do Cidadão

Art. 147. A Tribuna Livre do Cidadão será concedida após prévio conhecimento do conteúdo da exposição pretendida.

§ 1º. As inscrições serão feitas para cada reunião, e deverá ser protocolada na Secretaria da Câmara até às 17h do último dia útil anterior ao da realização da reunião, por qualquer cidadão, representante de partido político, entidade sindical ou comunitária.

§ 2º. As solicitações deverão ser apresentadas por escrito, em formulário próprio da Secretaria da Câmara, contendo um resumo do pronunciamento, para prévio conhecimento do seu Presidente.

§ 3º. O prazo máximo para utilização da Tribuna Livre do Cidadão será de 15 (quinze) minutos.

§ 4º. Somente será permitida uma única utilização da Tribuna Livre do Cidadão por reunião, salvo deliberação da maioria absoluta da edilidade.

§ 5º. O presidente poderá indeferir o pedido de inscrição para a Tribuna Livre, quando notadamente o assunto não interessar às funções legislativas, comunicando sua decisão ao Plenário.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 6º. Do indeferimento caberá recurso ao Plenário, que deliberará na reunião seguinte, concedendo ou não a palavra ao interessado na Tribuna Livre nesta mesma reunião.

Subseção III Da Ordem do Dia

Art. 148. Findo o Expediente ou, ainda, por falta de matéria, dar-se-á início à Ordem do Dia.

Art. 149. A discussão e votação da matéria constante da Ordem do Dia somente poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 150. A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá à seqüência prevista no artigo 142 deste Regimento.

Parágrafo único. O Secretário fará a leitura da matéria que se destinar à discussão e votação.

Subseção IV Das Considerações Finais

Art. 151. Finda a Ordem do Dia, passar-se-á às Considerações Finais.

Art. 152. As Considerações Finais destinar-se-ão aos pronunciamentos dos Vereadores, vedado o retorno de matéria já discutida, ou comentada no Expediente ou na Ordem do Dia.

Art. 153. O Vereador poderá fazer o uso da palavra por uma única vez, ressalvado o direito à réplica.

Art. 154. Não havendo mais oradores, o Presidente declarará encerrada a reunião.

Seção III Das Reuniões Extraordinárias

Art. 155. As reuniões extraordinárias são aquelas realizadas em dias e/ou horários distintos do estabelecido para as reuniões ordinárias, bem como aquelas realizadas no período de
da Câmara.

Parágrafo único. Na reunião extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada.

Art. 156. A convocação extraordinária da Câmara poderá ser feita:

I - pelo Prefeito, quando este a julgar necessária, inclusive no período de recesso ;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

II - pelo Presidente ou a requerimento da maioria dos membros da Câmara, em caso de urgência ou interesse público relevante;

III - pela Comissão Representativa da Câmara, conforme previsto no art. 57 deste Regimento.

Art. 157. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas verbalmente pelo Presidente, por ocasião das reuniões ordinárias, por telefone, pela via eletrônica, ou mediante comunicação escrita aos Vereadores, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas:

Parágrafo único. Os Vereadores ausentes à reunião na qual foi realizada a convocação verbal serão convocados por escrito, na forma do *caput* deste artigo.

Art. 158. A reunião extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se limitará à matéria objeto da convocação.

Parágrafo único. Aplicar-se-ão às reuniões extraordinárias, no que couberem, as disposições atinentes às reuniões ordinárias.

Seção IV

Das Reuniões Solenes e ou Especiais de entrega de Título de Cidadania Honorária e Ordem da Gratidão Coletiva

Art. 159. As reuniões, solenes ou especiais, serão realizadas para fins específico, qualquer dia e hora, sempre relacionadas com assuntos sociais, cívicos e culturais, sem prefixação de sua duração.

§ 1º. As reuniões solenes ou especiais poderão, a critério do Plenário, ser realizadas em qualquer local, desde que seguro e acessíveis.

.

§ 2º. Será elaborado previamente e com ampla divulgação, o programa a ser cumprido na reunião solene, quando poderão usar da palavra, autoridades, homenageados e representantes de classes, sempre a critério do Presidente.

Art. 160. As reuniões solenes, por escrito, serão convocadas pelo Presidente da Câmara, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e, as Especiais de Título de Cidadania Honorária, e “Ordem da Gratidão Coletiva” com 15 (quinze) dias, indicando-se os nomes dos agraciados.

§ 1º. Nas reuniões solenes ou especiais não haverá Expediente nem Ordem do Dia, formais, dispensada a leitura da ata e a verificação de quorum.

§ 2º. No último mês de cada biênio legislativo, o Presidente convocará a Câmara para reunião Especial de Entrega de “Título de Cidadania Honorária” e “Ordem de Gratidão Coletiva” caso ela os tenha aprovado através de Decreto Legislativo, nos últimos dois anos.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 3º. Fará jus ao título de Cidadão Honorário de Camanducaia aquele que:

- I - não for nascido em Camanducaia;
- II - tiver efetivamente prestado relevantes serviços em favor da cidade e do povo de Camanducaia;
- III - tiver recebido voto favorável de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara.

§ 4. No título ou no documento formal de concessão da honraria, constará:

- I - a inscrição, no cabeçalho Câmara Municipal de Camanducaia;
- II - o título: Título de Cidadania Honorária;
- III - o texto: A Câmara Municipal de Camanducaia tem a honra de conferir ao Excelentíssimo Senhor ... a presente Menção Honrosa declarando-o “Cidadão Honorário de Camanducaia, MG.” pelos seus profícuos e inestimáveis trabalhos, que resultam na demonstração inequívoca de ter efetivamente prestado relevantes serviços em favor da cidade e do povo de Camanducaia.
- IV - o fecho: Sala das Sessões em/...../..... e a assinatura da Mesa.

§ 5º. Após iniciada a reunião Especial com os atos formais de abertura, o Presidente, de pé, convidará o(s) agraciado(s) para aproximar (em)-se da mesa e, em seguida:

- I - ordenará a execução do Hino Nacional, e a seguir do Hino Municipal de Camanducaia;
- II - fará a leitura, na íntegra, da Menção Honrosa;
- III - entregá-la-á ao agraciado, cumprimentando-o e conduzindo-o à Mesa onde ocupará assento.
- IV - convidará um vereador para, em nome da Câmara, discorrer sobre a honraria conferida;
- V - poderá deixar a palavra livre;
- VI - oferecerá ao agraciado o uso da Tribuna.

§ 6º. Fará jus à “Ordem da Gratidão Coletiva” o cidadão nascido município de Camanducaia, nele radicado ou não, mas que, a ele preste relevantes serviços que, por sua atuação, o dignifique e o promova dentro ou fora de suas fronteiras, obedecido ao seguinte e a entidades que reúnam as mesmas condições ou, ainda, entidade aqui radicada.

§ 7º O autor do Projeto de Decreto o encaminhará à Mesas instruindo-o com o curriculum vitae da pessoa ou histórico da entidade e relação circunstanciada dos trabalhos, serviços ou atuação dos indicados.

§ 8º. Recebida a Proposição o Presidente constituirá Comissão específica para emitir parecer dentro de 15 (quinze) dias;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 9º. Devolvida a Proposição à Mesa, com o respectivo parecer, se for o caso, o Presidente a entregará ao seu autor para que a complete segundo as exigências da Comissão, dando conhecimento ao Plenário quando parecer da Comissão for favorável;

§10º. A Proposição será discutida e votada, secretamente, considerado-a aprovada se obtiver votos favoráveis de dois terços dos membros da Câmara.

Art. 160-A. Fica criado na Câmara Municipal de Camanducaia, MG, a homenagem "Menção Honrosa Póstuma", a ser concedido através de Decreto Legislativo, às famílias de pessoas falecidas, naturais de Camanducaia ou não, que em vida tenham efetivamente prestado relevantes serviços em favor da cidade e do povo de Camanducaia.

Parágrafo único. O Decreto Legislativo que conceder a homenagem descrita no "caput", às famílias de pessoas falecidas, naturais de Camanducaia ou não, que em vida tenha efetivamente prestado relevantes serviços em favor da cidade e do povo de Camanducaia, deverá receber do Plenário da Câmara, em votação secreta, voto favorável de, no mínimo, dois terços (2/3) dos membros da Câmara.

Art. 160-B . A entrega da "Menção Honrosa Póstuma" acontecerá em reunião solene a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, por escrito, indicando-se o nome da família agraciada, contendo também o nome do falecido, usando a seguinte fórmula:

"Reunião Solene para entrega da "Menção Honrosa Póstuma" à família do(a) Senhor(a)...(nome da pessoa falecida)"

§1º. Na reunião solene não haverá Expediente nem Ordem do Dia formais, dispensada a leitura da Ata e a verificação de *quorum*.

§2º. No documento formal de concessão da honraria, constará:

I - a inscrição, no cabeçalho, de:

"Câmara Municipal de Camanducaia, Minas Gerais"

II - O título:

"Menção Honrosa Póstuma"

III - O texto:

"A Câmara Municipal de Camanducaia tem a honra de conferir à Família do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) ... , falecido(a) no dia do mês de.....de, Menção Honrosa pelo reconhecimento de seus profícuos e inestimáveis trabalhos, que resultam na demonstração inequívoca de ter, em vida, efetivamente prestado relevantes serviços em favor da cidade e do povo de Camanducaia."



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

IV - O fecho:

"Sala das Sessões, em.....// e a assinatura da Mesa."

§ 3º. Após iniciada a Reunião Solene com os atos formais de abertura, o Presidente da Câmara, de pé, convidará o(s) representante(s) da família do falecido para aproximar(em)-se da mesa e, em seguida:

I - ordenará a execução do Hino Nacional, e a seguir do Hino Municipal de Camanducaia;

II - fará a leitura, na íntegra, da Menção Honrosa;

III - entregá-la-á ao representante da família do falecido, cumprimentando-o e conduzindo-o a Mesa onde ocupará assento.

IV - convidará um vereador para, em nome da Câmara, discorrer sobre a honraria conferida, proceder a leitura do "curriculum vitae" do falecido e ainda discorrer sobre os serviços prestados pelo mesmo me prol de Camanducaia;

V - poderá deixar a palavra livre;

VI - oferecerá ao representante da família do falecido, o uso da Tribuna.

§ 4º - Situações omissas nesta Resolução para concessão ou entrega da "Menção Honrosa Póstuma" serão decididas pela Mesa da Câmara.

(Artigos Incluídos pela Resolução nº 091/2008)

Seção V Das Reuniões Secretas

Art. 161. A Câmara realizará reuniões secretas, nos moldes do art. 136 deste Regimento, para tratar de assuntos de sua economia interna ou quando o sigilo for necessário à preservação do decoro parlamentar ou, ainda, quando prevista neste Regimento.

§ 1º. Iniciada a reunião secreta, a Câmara deliberará, preliminarmente, se o objeto deve continuar a ser tratado secretamente e, em caso contrário, a reunião tornar-se-á pública.

§ 2º. Será permitido ao Vereador que houver participado dos debates, reduzir e entregar seu discurso por escrito para ser arquivado com a ata e os documentos referentes à reunião.

§ 3º. Antes de encerrada a reunião, a Câmara resolverá, após discussão e deliberação, se a matéria debatida deverá ser publicada no todo ou em parte.

Art. 162. A Câmara não poderá deliberar sobre qualquer proposição em reunião secreta.

Seção VI Dos Turnos a Que Estão Sujeitas as Proposições

Art. 163. Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 1º. A discussão da matéria constante da Ordem do Dia somente poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º. Serão submetidos a turno único de discussão e votação:

I - matérias em Regime de Urgência;

II - vetos;

III - requerimentos;

IV - emendas e subemendas;

V - moções;

VI - os projetos de Decreto Legislativo e de Resolução;

VII - os recursos contra atos do Presidente da Câmara;

VIII - relatório da Comissão de Ética em processo ético-disciplinar;

IX - relatório circunstanciado de Comissão Processante em processo político-administrativo.

§ 3º. Os projetos de Decretos Legislativos referentes à concessão de título de cidadania honorária, diploma de honra ao mérito ou qualquer outra honraria ou homenagem, também serão submetidos a turno único de discussão e votação.

Art.164. Serão submetidas a dois turnos de discussão e votação todas as demais proposições não incluídas no artigo anterior.

§ 1º. Em nenhuma hipótese o segundo turno de discussão e votação ocorrerá na mesma reunião em que tenha ocorrido o primeiro.

§ 2º. Tanto no primeiro quanto no segundo turno de discussão e votação as proposições serão apreciadas em todos os seus aspectos.

§ 3º. Em segundo turno de discussão e votação somente se admitirão emendas e subemendas de natureza técnica, na redação ou forma.

Art. 165. O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá de deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes do início da mesma.

§ 1º. O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado fixado pelo Presidente.

§ 2º. O adiamento **podrá ser motivado por pedido de vista**, caso em que, se houver mais de um pedido, a vista será sucessiva para cada um dos requerimentos, pelo prazo máximo de um dia, exceto com relação às proposições tramitando em regime de urgência.

§ 3º. O pedido de vista em proposições tramitando sob Regime de Urgência, obedecerá ao disposto no §2º do art. 130 deste Regimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 166. O encerramento da discussão dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

Seção VII Da Disciplina dos Debates

Art. 167. Os debates deverão ser realizados com dignidade e ordem, cumprindo aos Vereadores atender às seguintes determinações regimentais:

- a) não usar da palavra sem antes a solicitar ou sem receber consentimento do Presidente da Câmara;
- b) referir-se ou dirigir-se a outro Vereador através de expressões respeitosas de tratamento, tais como “NOBRE COLEGA”, “NOBRE VEREADOR” OU “EXCELÊNCIA”.

Art.168. O Vereador só poderá usar da palavra:

- a) para apresentar retificação ou impugnação em ata;
- b) para discutir a matéria em debate;
- c) para apartear, na forma regimental;
- d) para apresentar Questão de Ordem na observância de disposição regimental ou solicitar esclarecimentos do Presidente a ordem dos trabalhos;
- e) pela ordem, para fazer comunicação;
- f) para encaminhar a votação;
- g) para justificar requerimento de urgência;
- h) para justificar seu voto;
- i) para explicação pessoal quando de acordo com a matéria;
- j) para apresentar requerimento;
- k) quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

§ 1º. O Vereador que solicitar a palavra deverá, inicialmente, declarar para que título dos itens deste artigo a mesma está sendo solicitada, não podendo:

- a) usá-la com finalidade diferente daquela alegada quando de sua solicitação;
- b) desviar-se da matéria em debate;
- c) falar sobre matéria vencida;
- d) usar de linguagem imprópria;
- e) ultrapassar o prazo que lhe competir;
- f) deixar de atender as advertências do Presidente.

§ 2º. A justificativa de voto somente ocorrerá por iniciativa do interessado, não podendo ser vedada, porém, devendo ser expressa pelo prazo máximo de três minutos.

Seção VIII Das Deliberações e Votações

Subseção I Das Disposições Preliminares



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 169. Votação é o ato complementar a discussão, através do qual o Plenário manifesta a sua vontade deliberativa.

Parágrafo único. Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação, a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a fase de discussão.

Art. 170. O Vereador presente à reunião somente poderá abster-se de votar quando:

- a) tiver interesse pessoal na matéria;
- b) entender o ato por motivos particulares.

Parágrafo único. O Vereador que optar pela abstenção de voto, nos termos do caput deste artigo, fará a devida comunicação ao Presidente, antes de iniciada a votação, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quorum.

Art. 171. O Vereador que se retirar do Plenário na fase de votação ou dela se abster em desacordo com o art. 170, seja qual for a matéria, será considerado ausente para efeito da percepção de seu subsídio, sem prejuízo da sua participação em votações já concluídas na mesma reunião.

Art. 172. Nas deliberações da Câmara o voto será público, salvo decisão contrária da maioria qualificada de dois terços de seus membros, quando, além dos casos previstos neste Regimento, poderá ser vota.

Parágrafo único. O voto será obrigatoriamente secreto na eleição dos membros da Mesa.

Art. 173. As deliberações do Plenário serão tomadas:

- a) por maioria simples dos votos;
- b) por maioria absoluta dos votos;
- c) por maioria qualificada de dois terços dos votos.

§ 1º. Considera-se maioria absoluta o número inteiro de cadeiras imediatamente superior à metade da totalidade daquelas que compõe a Câmara.

§ 2º. A maioria qualificada de dois terços dos votos também será verificada sobre a totalidade das cadeiras da Câmara.

§ 3º. A maioria simples dos votos diz respeito ao número de Vereadores presentes à reunião.

§ 4º. As deliberações, salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria simples dos votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 5º. Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos Vereadores a aprovação e as alterações das seguintes matérias:



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

- a) código tributário;
- b) código de obras;
- c) estatuto dos servidores;
- d) plano diretor;
- e) lei de uso e parcelamento do solo;
- f) criação de cargos e aumento dos vencimentos de servidores;
- g) zoneamento urbano;
- h) concessão e permissão de serviços públicos;
- i) concessão de direito real de uso;
- j) alienação de bens móveis e imóveis;
- k) aquisição de bens imóveis por doação com encargos;
- l) autorização para empréstimos de instituição financeira oficial ou privada;
- m) rejeição ao veto apresentado pelo Prefeito;
- n) aprovação de créditos adicionais ao orçamento;
- o) demais matérias em forma de d.

§ 6º. Dependerão do voto favorável da maioria qualificada de dois terços as matérias concernentes a:

- a) realização de reunião secreta;
- b) rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas, quando da apreciação das contas do Executivo e da Mesa;
- c) aprovação de representação que solicite a alteração do nome do Município;
- d) destituição de membros da Mesa;
- e) emendas à Lei Orgânica do Município;
- f) alteração a este Regimento;
- g) cassação do mandato de Prefeito e/ou Vice-Prefeito;
- h) concessão de isenção, anistia e remissão de tributos municipais;
- i) cancelamento da inscrição de créditos de qualquer natureza na dívida ativa do Município;
- j) o caso previsto no inciso IV do art. 72 deste Regimento;
- k) perda do mandato do Vereador;
- l) nos casos do art. 160.

Subseção II

Do Encaminhamento da Votação

Art. 174. São três os processos de votação:

- a) simbólico;
- b) nominal;
- c) secreto.

§ 1º. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem dos votos favoráveis e contrários, apurados pela forma estabelecida no parágrafo seguinte.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 2º. Quando se submeter qualquer matéria à votação pelo processo simbólico, o Presidente convidará os Vereadores cujos votos forem favoráveis, a permanecerem sentados; e aqueles cujos votos forem contrários a se manifestarem, ficando de pé, procedendo, em seguida, à necessária contagem e à proclamação do resultado.

§ 3º. No processo nominal de votação o Secretário fará a chamada dos presentes, por sorteio, excluídos os que declararam a sua abstenção, nos moldes do art. 170 deste Regimento Interno, devendo os demais Vereadores responder “SIM” ou “NÃO”, conforme forem favoráveis ou contrários à proposição, procedendo-se, em seguida, a contagem dos votos favoráveis e contrários, com a consignação expressa do nome e do voto do Vereador.

§ 4º. Proceder-se-á, obrigatoriamente, a votação nominal quando o Plenário assim decidir.

§ 5º. Enquanto não for proclamado o resultado de uma votação, seja ela nominal ou simbólica, é facultado ao Vereador retardatário apresentar o seu voto.

§ 6º. O Vereador poderá retificar seu voto antes de proclamado o resultado, na forma regimental.

§ 7º. As dúvidas, quanto ao resultado proclamado, só poderão ser suscitadas e deverão ser esclarecidas antes de se passar à nova matéria, ou, se for o caso, antes de se passar à nova fase da reunião ou de se encerrar a Ordem do Dia.

§ 8º. O processo de votação secreta utilizar-se-á de cédulas das quais constem as opções “SIM” e “NÃO”, devendo ser as mesmas depositadas em urna própria pelos Vereadores, mediante chamada nominal por ordem alfabética.

Art. 175. Havendo empate nas votações simbólicas ou nominais, elas serão desempatadas pelo Presidente; havendo empate nas votações secretas, a matéria será decidida em segundo escrutínio, reputando-se rejeitada a proposição se persistir o empate.

Subseção III

Do Destaque e da Preferência

Art. 176. Destaque é o ato de separar parte do texto de uma proposição para possibilitar a sua apreciação isolada, devendo o mesmo, necessariamente, ser solicitado por Vereadores e aprovado pelo Plenário, podendo ainda o Presidente decidir sobre sua conveniência, objetivando agilizar a tramitação.

Art. 177. Preferência é a primazia na discussão ou votação de uma proposição sobre outra, e o seu requerimento deverá ser apresentado por escrito e aprovado pelo Plenário.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 1º. Terão preferência para votação as emendas supressivas, as modificativas e os substitutivos oriundos das Comissões Permanentes.

§ 2º. Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, e tratando estas da mesma matéria, será admissível requerimento de preferência para a votação daquela que melhor se adaptar à proposição, sendo o requerimento votado pelo Plenário independente de discussão, e sendo a emenda aprovada, considerar-se-á prejudicada a votação das demais.

Subseção IV Da Verificação

Art. 178. O Vereador que tiver dúvida quanto ao resultado da votação simbólica, proclamado pelo Presidente, poderá requerer verificação nominal da votação.

§ 1º. O requerimento de verificação nominal de votação deverá ser imediata e necessariamente atendido pelo Presidente, independentemente de aprovação do Plenário.

§ 2º. Nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

Art. 179. Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a se manifestar contrária ou favoravelmente à matéria votada, ou abster-se da votação.

§ 1º. A declaração de voto a qualquer matéria far-se-á de uma só vez, depois de concluída, por inteiro, a votação da matéria objeto da proposição.

§ 2º. Para declaração de voto, cada Vereador terá à disposição cinco minutos, sendo vedados os apartes.

Seção IX Da Redação Final

Art. 180. Terminada a fase de votação, se houver emenda ou subemenda aprovada, será a proposição elaborada em redação final de acordo com a forma aprovada.

§ 1º. Somente serão admitidas correções na redação final que visem evitar erros de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto, ou qualquer outra desde que preserve o comando do dispositivo.

§ 2º. Aprovada a redação final, dentro em 10 (dez) dias úteis será a proposição de lei encaminhada para promulgação ao Poder Executivo e, quando for o caso, à Mesa ou, ainda, ao Presidente.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 181. Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição da proposição de lei se verificar inexatidão do texto, a Mesa procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento a Câmara através de publicação.

Parágrafo único: Aplicar-se-á o mesmo critério deste artigo aos projetos aprovados sem emendas.

Art. 182. A redação das indicações e dos requerimentos aprovados pelo Plenário será revista e, quando for o caso, corrigida pela Assessoria Legislativa, antes do seu encaminhamento pelo Presidente.

CAPÍTULO III DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

Seção I Dos Códigos

Art. 183. Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art. 184. O Projeto de Código, depois de apresentado ao Plenário, será publicado, distribuindo-se cópias aos Vereadores e à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação.

§ 1º. Os Vereadores poderão apresentar emendas ao projeto de código, encaminhando-as à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º. A Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação terá mais 15 (quinze) dias para exarar parecer relativo ao projeto e às emendas apresentadas.

§ 3º. Decorrido o prazo, ou mesmo antes de seu término, no caso da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final antecipar o seu parecer, entrará o processo para a pauta da Ordem do Dia.

Art. 185. Na discussão em primeiro turno, o projeto será discutido e votado no seu todo, inclusive com as emendas apresentadas, podendo qualquer Vereador solicitar que a votação se faça por artigos ou por capítulos, mediante requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§ 1º. Aprovado o projeto em primeiro turno com as emendas, voltará ele à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, que nos termos do §2º do art. 184, procederá a incorporação das emendas ao texto do projeto original.

§ 2º. No segundo turno de discussão e votação somente serão permitidas emendas referentes à linguagem e melhor técnica redacional.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 3º. Equiparam-se aos códigos, para efeito do que dispõe este Capítulo, os projetos de lei que versarem sobre estatutos e regulamentos.

Art. 186. Aplica-se o regime definido neste capítulo aos projetos que cuidem de alterações parciais de códigos, estatutos e regulamentos.

Seção II Das Leis Orçamentárias

Art. 187. As leis relativas ao Orçamento do Município compreendem:

- I – o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III – as leis orçamentárias anuais.

Parágrafo único: As proposições de que trata este artigo deverão obrigatoriamente atender o que dispõe a Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 188. A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 1º. O projeto do Plano Plurianual, para a vigência até final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente do Executivo, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro, e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

§ 2º. Aplicam-se ao Plano Plurianual as regras estabelecidas nesta Seção para o orçamento anual.

Art. 189. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 1º. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro, e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa ordinária.

§ 2º. A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º. Aplicam-se às diretrizes orçamentárias as regras estabelecidas nesta Seção para o orçamento anual.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 190. O projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro, e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

§ 1º. Recebido o projeto e, após sua leitura em Plenário, o Presidente determinará imediatamente a sua publicação e distribuição aos Vereadores.

§ 2º. O projeto será encaminhado às Comissões de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, e de Orçamento e Finanças Públicas, às quais terão o prazo comum, máximo e improrrogável de 28 (vinte e oito) dias para emitir seus pareceres, apreciando especialmente o aspecto formal e o mérito da proposta orçamentária.

§ 3º. As emendas à proposta orçamentária serão apresentadas somente nos moldes do art. 113 deste Regimento.

§ 4º. Não serão admitidas emendas verbais às leis orçamentárias por ocasião dos debates.

Art. 191. Aprovado em primeiro turno, o projeto terá incorporado ao seu texto as emendas apresentadas e aprovadas.

§ 1º. Não havendo emendas, o projeto será incluído na Ordem do Dia da primeira reunião que se seguir, para o segundo turno de discussão e votação, sendo vedada a apresentação de emendas em Plenário.

§ 2º. Terão preferências nas discussões, os relatores dos pareceres das Comissões de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, bem como os autores de emendas.

Art. 192. Aprovado em segundo turno, o projeto com as emendas aprovadas voltará à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, que terá o prazo de sete dias para dar-lhe a devida forma no sentido da melhor técnica redacional.

§1º. Tanto em primeiro quanto em segundo turno, o Presidente poderá, de ofício, prorrogar as reuniões até que se completem a discussão e votação da matéria.

§ 2º. A Câmara, se necessário, promoverá reuniões extraordinárias para a conclusão dos turnos de votação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 193. As emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual ou aos projetos que a modifiquem, somente poderão ser aprovadas caso:

- I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:
 - a) dotações para pessoal e seu encargos;
 - b) serviço da dívida;



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

c) transferências tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal.

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erro ou omissão;

b) com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 194. Aplicam-se ao projeto de Lei Orçamentária, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as regras do processo legislativo.

Art. 195. O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara, propondo modificações ao projeto de lei orçamentária, desde que ainda não se encontre concluída a votação da parte cuja alteração for proposta.

TÍTULO IV

DA TOMADA DE CONTAS DO PREFEITO E DA MESA DIRETORA

Art. 196. O controle externo da fiscalização financeira e orçamentária será exercido pela Câmara, com auxílio do Tribunal de Contas.

Art. 197. A Mesa enviará suas contas anuais, referentes ao exercício anterior, para consolidação junto às do Executivo, a fim de que sejam enviadas ao Tribunal de Contas, nas datas por estes fixadas, sem prejuízo das prestações de contas em separado, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 198. O Prefeito encaminhará à Câmara até o dia 20 (vinte) de cada mês, o balancete relativo às receitas e despesas do mês anterior, para que a mesma possa exercer o controle externo de fiscalização financeira e orçamentária.

Art. 199. Recebidos os processos do Tribunal de Contas, com os respectivos pareceres prévios, a Mesa, independentemente da leitura dos mesmos em Plenário, determinará suas publicações, distribuindo cópias aos Vereadores e, no prazo máximo de sete dias, os enviará à Comissão Permanente de Orçamento e Finanças Públicas, sobre eles comunicando aos ordenadores das despesas, para suas alegações, em 30 (trinta) dias.

§ 1º. A Comissão Permanente de Orçamento, Finanças Públicas e Tributação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da juntada das alegações dos ordenadores de despesas, prorrogável, a critério do seu Presidente, por igual período, apreciará os pareceres do Tribunal de Contas, concluindo, também, através de parecer, sobre sua aprovação ou rejeição.

§ 2º. Se a Comissão de Orçamento, Finanças Públicas e Tributação não exarar o parecer no prazo indicado no parágrafo anterior, o Presidente designará um relator especial, que terá o prazo de 10 (dez) dias para apreciar os pareceres do Tribunal de Contas e as alegações dos ordenadores das despesas.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 3º. Exarados o parecer pela Comissão de Orçamento, Finanças Públicas e Tributação, ou pelo relator especial designado, nos prazos estabelecidos ou, ainda, na falta dos mesmos, o processo será incluído na pauta da Ordem do Dia da reunião imediatamente subsequente, com prévia distribuição de cópias aos Vereadores, para deliberação em único turno.

§ 4º. As reuniões nas quais se discutirão as contas se restringirão à Ordem do Dia, reservada exclusivamente para essa finalidade, finda à qual somente poderão ser deliberadas com tramitação em Regime de Urgência.

Art. 200. A Câmara terá o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, para tomar e julgar as contas do Prefeito e da sua Mesa, observados os seguintes preceitos:

I - o parecer prévio somente poderá ser rejeitado por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

II - rejeitadas, as contas serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins.

§1º. O prazo de que trata o “caput” deste artigo poderá ser reduzido se assim o determinar o Tribunal de Contas.

§2º. Rejeitadas ou aprovadas as contas do Prefeito e da Mesa, os respectivos atos legislativos, neles compreendidos o correspondente Decreto Legislativo e a ata da reunião na qual foi finalizada a matéria, serão publicados e remetidos ao Tribunal de Contas.

Art. 201. A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas poderá vistoriar as obras e serviços, examinar processos, documentos e papéis nas repartições da Prefeitura e da Câmara e, conforme o caso, solicitar esclarecimentos ao Prefeito e ao Presidente, para aclarar partes obscuras.

Art. 202. A Câmara, se necessário, promoverá, reuniões extraordinárias, para que as contas possam ser tomadas e julgadas dentro do prazo estabelecido no art. 200 deste Regimento.

TÍTULO V DO REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DAS ALTERAÇÕES

Art. 203. Qualquer projeto de Resolução propondo alterações a este Regimento, depois de lido em Plenário, será encaminhado à Mesa para que esta emita opinião a respeito.

§ 1º. A Mesa terá o prazo de sete dias para exarar o respectivo parecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

§ 2º. Cumprida esta medida preliminar e respeitado o quorum regimental, o projeto de Resolução seguirá, excepcionalmente, seguirá a tramitação prevista para a lei ordinária..

§ 3º. Nos projetos de Resolução de iniciativa da Mesa ficam dispensadas das exigências previstas no *caput* e § 1º deste artigo.

CAPÍTULO II DA INTERPRETAÇÃO E DOS PRECEDENTES

Art. 204. As interpretações deste Regimento, sobre assunto controverso, feitas pelo Presidente da Câmara, constituirão precedentes, desde que por ele declaradas como tal, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

§ 1º. Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

§ 2º. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa fará a consolidação de todas as modificações feitas neste Regimento, bem como dos precedentes regimentais, publicando-se em separata.

Art. 205. Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais, anotados no livro previsto no § 1º do artigo anterior.

CAPÍTULO III DA QUESTÃO DE ORDEM

Art. 206. Questão de Ordem é toda dúvida levantada por Vereador, quanto à interpretação deste Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.

§1º. As questões de ordem deverão ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretenda elucidar.

§2º. Cabe ao Presidente resolver, soberanamente, as Questões de Ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão, ou criticá-la, na reunião em que for comunicada.

§ 3º. Cabe ao Vereador, até a reunião subsequente, recurso da decisão, o qual deverá ser encaminhado à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer será submetido, em no máximo sete dias, ao Plenário, na forma deste Regimento.

TÍTULO VI DA SANÇÃO, DO VETO, E DA PROMULGAÇÃO DAS LEIS, DECRETOS LEGISLATIVOS E RESOLUÇÕES



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 207. Aprovado o Projeto na forma regimental, será enviada proposição de lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis, ao Prefeito, que assim poderá proceder:

I - sancioná-la, promulgando-a, no prazo de 15 (quinze) dias;

II - deixar decorrer prazo definido no inciso anterior, importando seu silêncio em sanção tácita;

III – vetá-la total ou parcialmente.

Art. 208. O Prefeito, entendendo ser a proposição de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrária ao interesse público, vetá-la-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de seu recebimento, e comunicará ao Presidente da Câmara, em 48 (quarenta e oito) horas, as razões que motivaram o veto.

§ 1º. O veto deverá ser devidamente justificado e, quando parcial, abrangerá, independentemente de menção, o texto integral do artigo, parágrafo, inciso, item ou alínea em questão.

§ 2º. Recebido o veto pelo Presidente, o mesmo será encaminhado, obrigatoriamente, à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação que, se necessário, poderá solicitar audiência de outra Comissão Permanente.

§ 3º. As Comissões terão o prazo comum de 14 (catorze) dias para manifestação.

§ 4º. Se a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final não se pronunciar no prazo indicado, o Presidente incluíra o veto na Ordem do Dia da reunião em questão, independentemente do parecer, o qual será apreciado em único turno de discussão e votação, sobrestadas as demais proposições, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta da edilidade.

Art. 209. Se o veto for rejeitado, a proposição de lei será enviada ao Prefeito, que terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para promulgá-la e, não o fazendo, deverá fazê-lo o Presidente da Câmara.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente, também em 48 (quarenta e oito) horas, promulgar a lei, e não o fazendo, esta caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

Art. 210. O prazo previsto no § 3º do art. 208 deste Regimento não corre nos períodos de recesso da Câmara.

Art. 211. Os Decretos Legislativos e as Resoluções, desde que aprovados os respectivos projetos, serão promulgados pelo Presidente da Câmara.

Art. 212. Para a promulgação de leis, com a sanção tácita ou por rejeição de vetos totais, utilizar-se-á a numeração subsequente, àquela existente na Prefeitura Municipal. Quando se tratar de veto parcial, a lei terá o mesmo número da anterior a que pertence.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

TÍTULO VII DAS LICENÇAS DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Art. 213. A licença do cargo de Prefeito será concedida pela Câmara, mediante solicitação expressa do chefe do Executivo.

§ 1º. A licença para que o Prefeito se ausente do Município, por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos, ou para que se afaste temporariamente do cargo, será concedida nos seguintes casos:

I - por motivo de doença, devidamente comprovada;

II - a serviço ou em missão de representação do Município.

§ 2º. O Decreto Legislativo que conceder a licença para o Prefeito se ausentar do Município ou se afastar temporariamente do cargo, disporá sobre o direito à percepção do subsídio, nos casos dos incisos I e II do parágrafo anterior.

Art. 214. Somente pelo voto da maioria dois terços dos Vereadores poderá o pedido de licença do Prefeito ser rejeitado.

Parágrafo único: No caso do inciso I do artigo anterior, o pedido de licença não poderá ser rejeitado.

TÍTULO VIII DAS INFORMAÇÕES

Art. 215. Compete à Câmara solicitar ao Prefeito quaisquer informações sobre o assunto referente à Administração Municipal.

§ 1º. As informações serão solicitadas por requerimento, mediante a iniciativa de qualquer Vereador.

§ 2º. Aprovado o requerimento de solicitação de informações, este será encaminhado ao Prefeito, que terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento, para atendê-lo.

§ 3º. Pode o Prefeito solicitar a prorrogação do prazo pelo mesmo período, sendo o pedido sujeito à aprovação do Plenário.

§ 4º. Se o autor do requerimento considerar insatisfatórias as informações recebidas, o pedido poderá ser reiterado, mediante novo requerimento, devendo este seguir a tramitação regimental, contando-se novo prazo.

TÍTULO IX DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE E DAS INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 216. Nos crimes de responsabilidade e nas infrações político-administrativas será observado o disposto na Constituição Federal, no Decreto-Lei nº 201/67, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento, bem como, subsidiariamente, o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal.

TÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DO PODER DE POLÍCIA

Art. 217. A manutenção da ordem no recinto da Câmara compete à Presidência e à Secretaria Geral, e será feito normalmente por seus Servidores, podendo, caso necessário, ser requisitado policiamento de elementos de corporações civis ou militares, a título de reforço.

Art. 218. Caso ocorra qualquer infração penal no recinto da Câmara, qualquer Vereador ou funcionário fará a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade competente, para as devidas providências e, se não houver flagrante, deverá o fato ser comunicado à autoridade policial competente, para a instalação de inquérito.

Art. 219. No Plenário ou em outras dependências da Câmara, somente será admitida a presença dos Vereadores e dos Servidores em serviço, devidamente identificados.

Art. 220. Os órgãos da imprensa em geral solicitarão ao Presidente o credenciamento de representantes para cobertura jornalística dos trabalhos legislativos, por ocasião de suas reuniões, obedecidas às normas deste Regimento.

§ 1º. Qualquer pessoa poderá assistir as reuniões da Câmara, salvo quando:

- I – não forem elas públicas;
- II – apresentar-se trajado de modo inconveniente;
- III – manifestar-se com aplausos ou apupos ou nelas interferir de qualquer maneira;
- IV – interpelar os vereadores.

§ 2º. O Presidente solicitará a saída ou determinará a retirada pela força policial, de qualquer assistente cujo procedimento contrariar as disposições deste Capítulo.

§ 3º. Na iminência de tumulto o Presidente poderá suspender ou levantar a sessão.

CAPÍTULO II OUTRAS DISPOSIÇÕES



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

Art. 221. Nos dias de reunião, de luto oficial ou de comemorações cívicas deverão se possível, estar hasteadas em frente do edifício e no Plenário da Câmara Municipal as bandeiras do Brasil, do Estado de Minas Gerais e do Município de Camanducaia.

Art. 222. Os prazos previstos neste Regimento não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

§ 1º. Quando não se mencionarem expressamente dias úteis, o prazo será contado em dias corridos.

§ 2º. Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil.

Art. 223. O Vereador, no exercício do mandato, terá permissão para examinar qualquer documentação relativa aos trabalhos legislativos dentro do horário de expediente da Secretaria da Câmara.

Parágrafo único. A retirada da documentação prevista neste artigo dependerá de despacho do Presidente e, caso seja autorizada, deverá ser feita mediante registro lançado em livro próprio e pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Título XI DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Art. 224. A Mesa da Câmara regulamentará os serviços administrativos da Secretaria e fiscalizará sua execução.

Parágrafo único - Cabe à Mesa a observância das suas atribuições dispostas neste Regimento, no tocante à organização interna da Secretaria Administrativa.

Art. 225. Pode o Vereador interpelar o Presidente sobre os serviços da Secretaria da Câmara e sobre a situação de seu pessoal ou apresentar sugestões por meio de proposição fundamentada.

Art. 226. Os atos político-administrativos da Mesa e do Presidente serão expedidos obedecidos à ordem cronológica, entre outros, nos seguintes casos:

- I – regulamentação dos serviços administrativos;
- II – designação de membros de Comissões na forma regimental;
- III – assunto de caráter financeiro.

§ 1º - As portarias serão expedidas, entre outros, nos seguintes casos:



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

- I – provimento e vacância dos cargos na Secretaria Administrativa e demais atos de efeitos individuais;
- II – autorização para contratação e dispensa de servidores ou assessorias técnicas;
- III – abertura de sindicância e processos administrativos;
- IV – aplicação de penalidade.

§ 2º - A numeração dos atos e portarias obedecerá ao período da legislatura.

Art. 227. A Secretaria Administrativa da Câmara expedirá, no prazo de 15 (quinze) dias, as certidões requeridas, quando deferidas.

Art. 228. Serão abertos e mantidos na secretaria administrativa da Câmara todos os livros ou fichas indispensáveis ao registro dos termos, ocorrências e procedimentos mencionados neste Regimento, e os próprios de sua organização.

Parágrafo único. Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara e secretário responsável.

TÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 229. Ficam prejudicados e serão arquivados os projetos de Resolução que por ventura estejam em tramitação que disponham sobre a alteração do Regimento Interno e revogados os precedentes regimentais em vigor.

Art. 230. Este Regimento Interno será editado e distribuído aos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e auxiliares diretos do Executivo.

Art. 231. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a RESOLUÇÃO Nº 085 de 03 de dezembro de 1993.

Câmara Municipal de Camanducaia, em 19 de novembro de 2007.

Carlos Alberto Santa Clara Junior
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA

Pça. Dr. BENJAMIN GUILHERME DE MACEDO, 02 - TELEFAX (0xx35) 3433-1333

CEP 37.650-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ - 19.053.537/0001-48 e-mail: secretaria@camaracamanducaia.mg.gov.br

<http://www.camaracamanducaia.mg.gov.br>

ÍNDICE ARTICULADO

AS FUNÇÕES DA CÂMARA.....	Art. 1º
DA SEDE DA CÂMARA.....	Art. 2º
DA LEGISLATURA.....	Art. 3º
DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS	Arts. 4º a 6º
DA INAUGURAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA ANUAL	Art. 7º
DA MESA DIRETORA	Arts. 8º a 17
DA COMPETÊNCIA DA MESA DIRETORA	Arts. 18 e 19
DA COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DA MESA DIRETORA.....	Arts. 20 a 26
DO PLENÁRIO	Arts. 27 e 28
DAS COMISSÕES	Arts. 29 a 54
DAS COMISSÕES ESPECIAIS, PROCESSANTES, DE REPRESENTAÇÃO E ÉTICA.....	Arts. 55 a 64
DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA	Arts. 65 a 67
DAS INCOMPATIBILIDADES, DA PERDA E DA EXTINÇÃO E DO MAND. DO VEREADOR.....	Arts. 68 a 70
DAS INFRAÇÕES ÉTICAS	Arts. 71 a 80
DA CASSAÇÃO DO VEREADOR	Art. 81
DO PROCESSO DESTITUTÓRIO DOS MEMBROS DA MESA	Art. 82
DAS LICENÇAS E VAGAS	Art. 83
DAS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS	Arts. 84 a 88
DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES	Arts. 89 a 91
DO PROCESSO LEGISLATIVO / DAS PROPOSIÇÕES	Arts. 92 a 131
DAS REUNIÕES EM GERAL	Arts. 133 a 138
DAS ATAS DAS REUNIÕES	Arts. 139 e 140
DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS	Arts. 141 a 146
DA TRIBUNA LIVRE	Art. 147
DA ORDEM DO DIA	Arts. 148 a 154
DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	Arts. 155 a 158
DAS REUNIÕES SOLENES E ESPECIAIS DE TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA E ORDEM DE GRATIDÃO COLETIVA	Arts. 159 e 160
DAS REUNIÕES SECRETAS	Arts. 161 e 162
DOS TURNOS QUE ESTÃO SUJEITAS AS PROPOSIÇÕES	Arts. 163 a 166
DAS DISCIPLINAS DOS DEBATES	Arts. 167 e 168
DAS DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES	Arts. 169 a 179
DA REDAÇÃO FINAL	Arts. 180 a 182
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL / CÓDIGOS	Arts. 183 a 186
DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS	Arts. 187 a 195
DA TOMADA DE CONTAS	Arts. 196 a 202
DO REGIMENTO INTERNO	Arts. 203 a 206
DA SANÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO	Arts. 207 a 212
DAS LICENÇAS DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	Arts. 213 e 214
DAS INFORMAÇÕES	Art. 215
DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE E INFRAÇÕES POLÍTICO- ADMINISTRATIVAS.....	Art. 216
DO PODER DE POLÍCIA	Arts. 217 a 220
OUTRAS DISPOSIÇÕES	Arts. 221 a 223
DA SECRETARIA GERAL	Arts. 224 a 228
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	Arts. 229 a 231